




Demonstrações Financeiras

2025

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO	3
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	30
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	35
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	36
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	37
BALANÇOS PATRIMONIAIS	38
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	40
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	41
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	42
MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO	111
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	112
PARECER DO CONSELHO FISCAL	113
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	114
PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL	115

DESTAQUES (R\$ MM) 4T25	4T25	4T24	Δ %	2025	2024	Δ %
Margem Bruta	1.811	1.921	(6%)	6.990	6.579	6%
EBITDA	1.389	1.479	(6%)	5.245	4.911	7%
EBITDA Caixa	1.252	1.211	3%	4.376	4.157	5%
Resultado Financeiro	(495)	(463)	7%	(2.122)	(1.769)	20%
Lucro Líquido	498	629	(21%)	1.954	1.808	8%
INDICADORES OPERACIONAIS						
Energia Injetada Total (GWh) (SIN + Sistema Isolado + GD)	7.830	7.611	2,9%	30.425	29.330	3,7%
Energia Distribuída Total (GWh) (Cativa + Livre + GD)	6.570	6.244	5,2%	25.460	24.641	3,3%
Número de Clientes (mil)	6.915	6.758	2,3%			
DEC anualizado (horas)	9,39	10,24	(0,08)			
FEC anualizado (interrupções)	3,76	4,09	(0,08)			
Perdas de Distribuição (%)	15,48%	15,69%	(0,21 p.p.)			
Indicadores Financeiros de Dívida ¹	2025	2024	Variação			
Dívida Líquida ² /EBITDA ³	3,39	2,90	0,49			
Rating Corporativo (S&P)	AAA	AAA				

⁽¹⁾ Os indicadores financeiros não são utilizados para cálculo de covenants

⁽²⁾ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

⁽³⁾ EBITDA 12 meses

Destques Financeiros e Operacionais:

- Energia injetada total, incluindo GD, de 7.830 GWh no 4T25 (+2,9% vs. 4T24) e de 30.425 GWh em 2025 (+3,7% vs. 2024).
- EBITDA de R\$ 1.389 milhões no trimestre (-6% vs. 4T24) e de R\$ 5.245 milhões no ano (+7% vs. 2024). EBITDA Caixa (ex- VNR) de R\$ 1.252 milhões no 4T25 (+3% vs. 4T24) e de R\$ 4.376 milhões em 2025 (+5% vs. 2024).
- R\$ 3,5 bilhões de Capex em 2025, maior parte dedicada à expansão da rede.
- Perdas totais 12 meses de 15,48%, enquadradas no limite regulatório de 16,61%.
- DEC de 9,39h (abaixo do regulatório de 12,11h) e FEC de 3,76x (abaixo do regulatório de 6,20x).
- Recomendação da Aneel ao Ministério de Minas e Energia para renovação da concessão por mais 30 anos.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2025 representou um marco importante na trajetória da Neoenergia Coelba. Consolidamos um ciclo de evolução consistente, impulsionado por um programa robusto de investimentos e pelo nosso compromisso permanente com a expansão, modernização e confiabilidade do fornecimento de energia em toda a Bahia. Foram R\$ 3,9 bilhões¹ aplicados em iniciativas que fortalecem a infraestrutura elétrica e apoiam o desenvolvimento socioeconômico do estado.

Avançamos significativamente na ampliação da rede com a entrega de 6 novas subestações e a ampliação de outras 18, adicionando 339 MVA de capacidade ao sistema elétrico. Esses investimentos priorizaram regiões em acelerado crescimento de carga, incluindo áreas turísticas e, especialmente, o Oeste baiano, dinamizado pelo agronegócio. Paralelamente à expansão, intensificamos ações estruturantes voltadas ao aumento da confiabilidade, redução de interrupções e melhoria contínua da experiência dos nossos clientes.

Os resultados confirmam a assertividade dessas iniciativas. Encerramos o ano com DEC de 9,39 horas e FEC de 3,76, além de evolução de 10% no FER (Frequência de Reclamações) em relação a 2024, refletindo melhorias na qualidade do serviço e na percepção dos consumidores. Reforçamos também nossos canais de atendimento, tanto digitais quanto presenciais, ampliando agilidade, comodidade e eficiência na interação com a população.

Mantivemos disciplina operacional e financeira, com inadimplência e perdas dentro dos limites regulatórios. Em 2025, intensificamos iniciativas estruturantes de combate a perdas, resultando na regularização e recuperação de 602,6 GWh. Esses esforços contribuíram para mais um ano de crescimento econômico-financeiro: alcançamos EBITDA de R\$ 5,2 bilhões e Lucro Líquido de R\$ 1,95 bilhão, fortalecendo a sustentabilidade econômico-regulatória da concessionária.

O desenvolvimento das pessoas seguiu como prioridade estratégica. Investimos mais de 573 mil horas em treinamentos, com foco em segurança, capacitação técnica e excelência operacional. Promovemos 13 turmas de formação de eletricitistas — incluindo turmas voltadas a obras e três exclusivas para mulheres — reforçando nosso compromisso com diversidade, empregabilidade e geração de renda para a população baiana.

Entre as iniciativas estruturantes, destacamos o início do processo de internalização de 120 equipes de construção de rede, apoiado por tecnologias que elevam produtividade e padrões de segurança. Com investimento aproximado de R\$ 120 milhões e conclusão prevista para o primeiro trimestre de 2026, essa transformação consolida um modelo mais robusto e ágil, alinhado ao ritmo de crescimento do estado.

Reforçamos, ainda, nossa proximidade com diversos segmentos econômicos — indústria, agronegócio, turismo, comércio, serviços, saúde e mercado imobiliário — para compreender necessidades específicas e oferecer soluções adequadas de infraestrutura energética. Garantimos, assim, condições confiáveis para novos investimentos, ampliação da competitividade e apoio ao crescimento regional.

No campo institucional, avançamos em parcerias estratégicas que ampliam eficiência, coordenação técnica e desenvolvimento regional. Ganhou destaque a cooperação com a FIEB para melhoria da qualidade do fornecimento nos polos industriais. Além disso, firmamos termos de cooperação com o CREA BA, o INEMA (Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia), a SAEB (Secretaria da Administração do Estado da Bahia) e a AIBA (Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia), fortalecendo ações conjuntas em áreas como fiscalização, regularização ambiental, cidadania digital, prevenção a furtos de equipamentos e suporte ao agronegócio.

¹ Investimentos brutos

Encerramos 2025 com avanços sólidos na expansão, modernização e qualidade do fornecimento de energia, reafirmando nosso compromisso com os clientes, com o desenvolvimento da Bahia e com a sustentabilidade de nosso negócio. Iniciamos 2026 confiantes na continuidade dessa trajetória, preparados para entregar energia de qualidade, apoiar o crescimento econômico e promover uma relação cada vez mais próxima, transparente e eficiente com a sociedade baiana.

Thiago Freire Guth

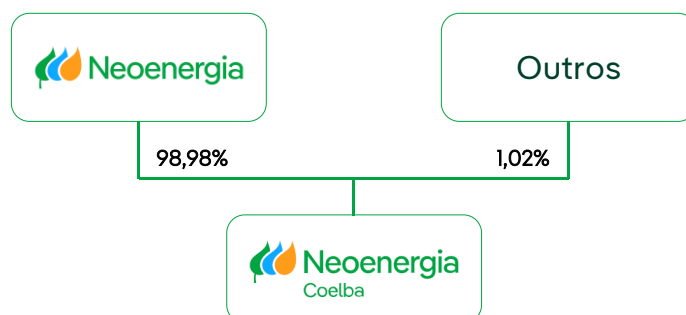
Diretor-presidente da Neoenergia Coelba

1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO

A Neoenergia Coelba detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 dos 417 municípios do Estado da Bahia, e dos municípios de Delmiro Gouveia no Estado de Alagoas e Dianópolis no Estado de Tocantins, abrangendo uma área de concessão de 567 mil km².

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2025, a estrutura societária da Neoenergia Coelba era a seguinte:



2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

O ano de 2025 foi marcado por tensões geopolíticas no cenário global, contribuindo para um ambiente de maior risco. Nos Estados Unidos, a economia manteve crescimento moderado, com inflação dentro das bandas da meta e mercado de trabalho aquecido, sustentando um PIB resiliente. O Federal Reserve (FED) adotou postura cautelosa, mantendo juros elevados durante boa parte do ano antes de promover alguns cortes no segundo semestre. A taxa de juros americana encerrou 2025 em 3,75%.

No Brasil, a inflação apresentou trajetória de desaceleração, encerrando 2025 com alta de 4,23%, dentro das bandas da meta do Banco Central. A atividade econômica permaneceu aquecida, reforçada pela taxa de desemprego em patamar historicamente baixo, e pela projeção de crescimento do PIB em 2,3% no ano. Apesar desse desempenho, a deterioração do quadro fiscal segue como fonte de preocupação quanto à sustentabilidade das contas públicas. Em resposta às pressões inflacionárias e ao ambiente externo desafiador, a política monetária manteve postura restritiva, com a taxa Selic encerrando o período em 15% ao ano.

Apesar das tensões geopolíticas e da volatilidade nos mercados globais, o enfraquecimento do dólar, que recuou 11% frente ao real, favoreceu a migração de fluxos para economias emergentes, incluindo o Brasil. Esse movimento impulsionou a retomada do investidor internacional na Bolsa brasileira, que registrou entrada líquida de aproximadamente R\$27 bilhões em 2025, contribuindo para a forte valorização do Ibovespa, que encerrou o ano com alta de 34%.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1. Modernização Setorial

Em 2025, foram publicadas as Medidas Provisórias nos 1.300 e 1.304, convertidas nas Leis nos 15.235 e 15.269, que trataram de diversos itens de modernização setorial, com reflexos transversais em todos os negócios da Neoenergia.

Entre as principais iniciativas da MP 1.300/2025, destaca-se a criação do Programa Luz do Povo, que ampliou a Tarifa Social de Energia Elétrica ao estabelecer a gratuidade da conta de luz. A MP nº 1.304/2025, tratou de temas estratégicos como a abertura do mercado de energia, o armazenamento e os cortes de geração, conhecidos como curtailment.

A implementação do novo marco regulatório, contudo, depende da edição de normas infralegais, cujo avanço é esperado ao longo de 2026.

Em paralelo, o Projeto de Lei (PL) 2987/2015, teve aprovação do texto substitutivo do relator, que trouxe aspectos suprimidos da MP 1.300/2025, bem como outros temas, como armazenamento de energia e indenização por interrupções.

3.1.1. Programas sociais de acesso à energia elétrica para população de baixa renda

A Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE é um benefício oferecido para as famílias de baixa renda em que são concedidos descontos na tarifa aplicável a esses consumidores. Originalmente, o desconto variava conforme a faixa de consumo mensal (até 220 kWh). A Lei nº 15.235/2025 redefiniu a forma de aplicação desses descontos, determinando:

- um único critério para a aplicação do desconto, 100% para as famílias com consumo inferior à 80 kWh/mês; e

- isenção, a partir de 1/1/26, das quotas da CDE para os consumidores com renda superior a meio e inferior a um salário-mínimo, inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e com consumo mensal de até 120 kWh por mês.

3.1.2. Abertura do Mercado Livre

Em 2025, foi publicada a Lei nº 15.269, que previu a abertura do mercado livre para o Grupo B – Baixa Tensão (inferior à 2,3 kV) em duas etapas:

- em até 24 meses de publicação da Lei (nov/28) para os consumidores comerciais e industriais; e
- em até 36 meses de publicação da Lei (nov/29) para os demais consumidores.

A medida veio acompanhada de outras definições, dentre as quais destaca-se a criação do Supridor de Última Instância, figura responsável por atender os consumidores varejistas que se encontrem temporariamente sem fornecedor no mercado livre.

Outra definição foi o compartilhamento dos efeitos financeiros da sobrecontratação ou da exposição involuntária das distribuidoras decorrentes da migração de consumidores ao mercado livre entre todos os consumidores regulados e livres, mediante encargo tarifário.

3.2. Prorrogação das Concessões das Distribuidoras

Em 20/06/2024 foi publicado o Decreto 12.068/24 apresentando os critérios para avaliação da prorrogação das concessões e as diretrizes que devem constar no termo aditivo contratual. Em 16 de outubro de 2024 a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 27/2024 referente ao aprimoramento da minuta de termo aditivo ao contrato de concessão, cujo resultado foi o modelo do termo aditivo ao contrato de concessão de distribuição, que foi aprovado em 25 de fevereiro de 2025.

Em 09/12/2025 foi publicado o Despacho nº 3.686/2025 onde a ANEEL recomendou ao MME a prorrogação do Contrato de Concessão de Distribuição nº 010/97-ANEEL, considerando que a Neoenergia Coelba cumpriu os critérios relativos à eficiência da continuidade do fornecimento e da gestão econômico-financeira e comprovou a regularidade fiscal, trabalhista e setorial e de qualificações jurídica, econômico-financeira e técnica.

3.3. Processo de Atualização Tarifária

Em 15/04/25, foi aprovado o Reajuste Tarifário da Neoenergia Coelba. As novas tarifas entraram em vigor em 22 de abril de 2025, com efeito médio 2,05%, sendo 1,88% para a baixa tensão e 2,53% para clientes da alta e média tensão.

A variação da Parcela A foi de 3,2%, totalizando R\$ 8.771,5 milhões, impactada principalmente pelos aumentos de 15,2% nos encargos setoriais. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 266,00/MWh. Já a variação da Parcela B foi de 8,1% (R\$ 6.270 milhões), reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de 8,58%, deduzida do Fator X, de 0,51%.

3.4. Taxa Regulatória de Remuneração de Capital - WACC

Em 27/03/2025 foi divulgado o Despacho ANEEL nº 882/2025, que atualizou os valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital para os segmentos de Distribuição, Transmissão e Geração, a serem aplicadas aos processos de revisão tarifária a partir de 1º de março de 2025 a 28 de fevereiro de 2026. Posteriormente, em 30 de abril de 2025, a ANEEL publicou uma retificação do despacho 882/2025 com alterações nas taxas de remuneração. A taxa final real antes dos impostos foi de 12,17% para distribuição e de 11,95% para a Geração e Transmissão. A taxa real depois dos impostos ficou em 8,03% para as distribuidoras e 7,89% para as geradoras e transmissoras.

3.5. Retomada do Programa Luz para Todos

Em 07/08/2023, foi publicado o Decreto nº 11.628, referente à retomada do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos. Nesta etapa poderão ser consideradas novas demandas por acesso à energia elétrica, inclusive de famílias de baixa renda que, apesar de localizadas em municípios considerados universalizados, não possuem acesso a esse serviço.


Especificamente para a Neoenergia Coelba, em julho de 2024, foi assinado um novo termo de compromisso do Programa Luz para Todos, com objetivo de estabelecer as premissas para a implantação de meta excepcional, atendendo mais 29,5 mil ligações entre 2024 e 2026.

Entretanto, como o Contrato de Operacionalização Específico somente foi celebrado entre MME e Neoenergia Coelba em dezembro de 2025, fez-se necessária a assinatura de Termo Aditivo ao Termo de Compromisso de forma a remanejar as metas de ligações previstas para os anos de 2024 e 2025 para 2026.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. Número de Consumidores



A Companhia encerrou 2025 com 6.915 mil consumidores, incremento de 157 mil novos consumidores vs. 2024 (+2,3%).

 Neoenergia Coelba			Participação no Total %		2025 / 2024	
Número de Consumidores (Em milhares)	2025	2024	2025	2024	Dif.	%
Residencial	6.218	6.056	89,9%	89,6%	161	2,7%
Industrial	10	10	0,1%	0,1%	-	-
Comercial	443	442	6,4%	6,5%	2	0,2%
Rural	172	179	2,5%	2,6%	(7)	(3,9%)
Outros	72	72	1,0%	1,1%	1	-
Total	6.915	6.758	100,0%	100,0%	157	2,3%

4.2.Evolução do Mercado

A energia distribuída total (cativo + livre + GD) foi de 6.570 GWh no 4T25 (+5,2% vs. 4T24) e de 25.460 GWh em 2025 (+3,3% vs. 2024). Vale destacar que Neoenergia Coelba teve seu mercado de referência ajustado na revisão tarifária de 2023, de modo a compensar as migrações para geração distribuída.

Os valores de energia distribuída por tipo de cliente e mercado são apresentados nas tabelas abaixo:

Energia Distribuída (GWh)			4T25 / 4T24		Participação no Total %				2025 / 2024		Participação no Total %	
	4T25	4T24	Dif.	%	4T25	4T24	2025	2024	Dif.	%	2025	2024
Residencial	2.010	2.047	(36)	(1,8%)	50,8%	52,0%	8.022	8.132	(110)	(1,4%)	51,8%	50,1%
Industrial	61	91	(30)	(33,1%)	1,5%	2,3%	253	457	(204)	(44,7%)	1,6%	2,8%
Comercial	501	527	(26)	(4,9%)	12,7%	13,4%	2.134	2.566	(432)	(16,8%)	13,8%	15,8%
Rural	789	678	112	16,5%	19,9%	17,2%	2.755	2.528	227	9,0%	17,8%	15,6%
Outros	597	593	4	0,7%	15,1%	15,1%	2.323	2.552	(229)	(9,0%)	15,0%	15,7%
Mercado Cativo	3.959	3.935	23	0,6%	60%	63%	15.486	16.235	(749)	(4,6%)	61%	66%
Industrial	1.236	1.199	36	3,0%	64,5%	66,0%	4.865	4.594	271	5,9%	64,5%	68,8%
Comercial	435	383	52	13,5%	22,7%	21,1%	1.706	1.425	281	19,7%	22,6%	21,3%
Rural	23	17	7	41,0%	1,2%	0,9%	76	41	35	85,4%	1,0%	0,6%
Outros	222	216	5	2,5%	11,6%	11,9%	892	621	271	43,6%	11,8%	9,3%
Mercado Livre	1.916	1.816	100	5,5%	29%	29%	7.539	6.682	857	12,8%	30%	27%
Residencial	348	256	92	36,0%	50,1%	51,8%	1.264	888	375	42,2%	51,9%	51,5%
Industrial	23	14	9	67,5%	3,3%	2,8%	76	48	28	58,5%	3,1%	2,8%
Comercial	245	183	62	34,0%	35,3%	37,0%	862	640	222	34,8%	35,4%	37,1%
Rural	67	38	29	76,3%	9,6%	7,7%	207	137	70	50,8%	8,5%	7,9%
Outros	11	3	8	247,9%	1,6%	0,6%	25	11	14	124,2%	1,0%	0,6%
Energia de compensação GD	695	494	201	40,7%	11%	8%	2.435	1.725	710	41,1%	10%	7%
Residencial	2.358	2.302	56	2,4%	35,9%	36,9%	9.285	9.020	265	2,9%	36,5%	36,6%
Industrial	1.320	1.305	16	1,2%	20,1%	20,9%	5.194	5.099	95	1,9%	20,4%	20,7%
Comercial	1.181	1.093	88	8,0%	18,0%	17,5%	4.702	4.631	71	1,5%	18,5%	18,8%
Rural	880	732	148	20,2%	13,4%	11,7%	3.039	2.707	332	12,3%	11,9%	11,0%
Outros	830	813	17	2,1%	12,6%	13,0%	3.240	3.185	55	1,7%	12,7%	12,9%
Total Energia Distribuída (cativo + livre + GD)	6.570	6.244	325	5,2%	100%	100%	25.460	24.641	819	3,3%	100%	100%

O consumo residencial apresentou incremento de 2,4% no 4T25 vs. 4T24 e de 2,9% em 2025 vs. 2024, refletindo o aumento da base de clientes e o menor volume de chuvas em 2025, que compensaram as menores temperaturas.

O consumo da classe industrial apresentou crescimento de 1,2% no 4T25 vs. 4T24 e de 1,9% em 2025 vs. 2024, principalmente, pelo bom desempenho dos setores de extrativismo e embalagem.


A classe comercial encerrou o ano com crescimento de 8,0% vs. 4T24 e de 1,5% vs. 2024.

A classe rural registrou incremento de 20,2% no 4T25 vs. 4T24 e de 12,3% em 2025 vs. 2024, devido a maior demanda por irrigação, dado o menor volume de chuvas no período.

O consumo das outras classes (serviço público, poder público, iluminação pública e uso próprio) apresentou crescimento de 2,1% no 4T25 vs. 4T24 e de 1,7% em 2025 vs. 2024, com destaque para o maior consumo do Serviço Público e Poder Público.

4.3. Balanço Energético


A energia injetada total, incluindo GD, atingiu o patamar de 7.830 GWh no 4T25 (+2,9% vs. 4T24) e de 30.425 GWh em 2025 (+3,7% vs. 2024), em razão da maior base de consumidores e menor volume de chuvas, que compensaram as menores temperaturas.

BALANÇO ENERGÉTICO (GWh)	4T25	4T24	4T25 x 4T24		2025	2024	2025 x 2024	
			Dif	%			Dif	%
								
Mercado Cativo	3.959	3.935	23	0,6%	15.486	16.235	(749)	(4,6%)
Mercado Livre + Suprimento	1.916	1.816	100	5,5%	7.539	6.682	857	12,8%
Energia Distribuída (A) ¹	5.875	5.751	123	2,2%	23.025	22.917	108	0,5%
Energia Perdida (B)	981	1.135	(154)	(13,6%)	4.183	4.291	(108)	(3%)
Não Faturado (C)	60	82	(22)	(26,8%)	35	(27)	62	N/A
SIN + Sistema Isolado (D) = (A) + (B) + (C)	6.915	6.968	(53)	(0,8%)	27.243	27.181	62	0,2%
Energia Injetada pela GD (E)	914	643	271	42,1%	3.182	2.149	1.033	48,1%
ENERGIA INJETADA TOTAL (F) = (D) + (E)	7.830	7.611	218	2,9%	30.425	29.330	1.095	3,7%

NOTA: ¹ Energia Distribuída não considera energia de compensação GD.

4.4. Perdas

As perdas de energia são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia injetada e a energia fornecida/faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentamos abaixo a evolução do indicador e a comparação com a cobertura tarifária.

	Perdas 12 meses (%)															
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda total					
	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25	Aneel 25
	10,91%	10,88%	10,87%	10,87%	10,87%	4,78%	4,91%	4,99%	4,98%	4,61%	15,69%	15,79%	15,86%	15,85%	15,48%	16,61%
	Perdas totais 12 meses (GWh)															
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda total					
	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25	Aneel 25
	2.965	2.967	2.975	2.968	2.962	1.299	1.341	1.354	1.352	1.246	4.264	4.309	4.329	4.321	4.209	4.985

A Neoenergia Coelba apresentou perdas totais 12 meses de 15,48% no 4T25, enquadrada no seu limite regulatório, de 16,61%.

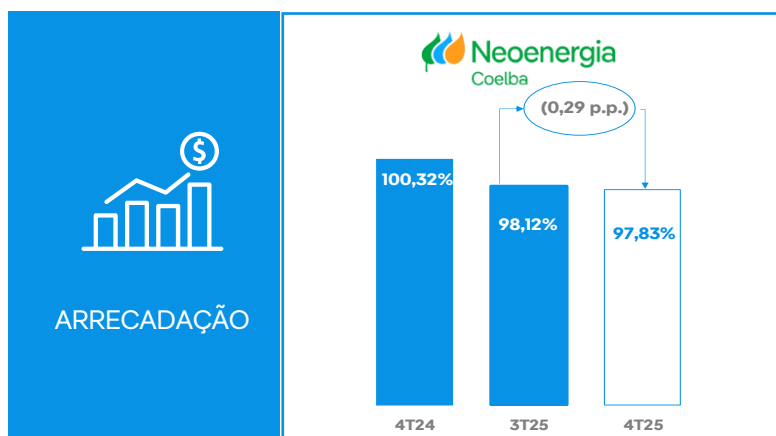
Em 2025 foram adotadas as seguintes ações de combate às perdas:

- (i) Realização de 80 mil inspeções, recuperando mais de 113 GWh;
- (ii) Substituição de mais de 184 mil medidores obsoletos e/ou com possível defeito;
- (iii) Regularização de mais de 112 mil clandestinos, recuperando mais de 281 GWh;
- (iv) Levantamento e atualização da Iluminação Pública em mais de 49 mil pontos do parque de IP recuperando mais de 34 GWh;
- (v) Realização de ações de combate ao furto de energia com apoio policial.


4.5. Arrecadação e Inadimplência

O índice de arrecadação reflete a capacidade de pagamento dos clientes e a eficácia das ações de cobrança da Companhia.

O gráfico abaixo apresenta o resultado acumulado nos últimos 12 meses e seu comportamento em relação aos períodos anteriores.



A arrecadação no 4T25 foi de 97,83%, mantendo o alto patamar dos últimos trimestres, explicado pelo êxito das ações de cobrança.

PECLD/ ROB	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25	Limite Regulatório 4T25	2025	Limite Regulatório 2025
ROB	4.441	4.271	4.127	3.828	4.248	4.248	16.474	16.474
 PECLD	53	53	43	42	60	54	198	209
Inadimplência	1,20%	1,24%	1,03%	1,10%	1,41%	1,28%	1,20%	1,27%

NOTA: PECLD considera o valor provisionado + correção monetária.

O indicador PECLD/ROB de 2025 foi de 1,20%, abaixo do seu limite regulatório de 1,27%.


No 4T25 foram adotadas diversas ações de cobrança com intuito de diminuir o índice de inadimplência e consequentemente melhorar a arrecadação:

- (i) 29 milhões de notificações de cobranças por Whatsapp SMS, URA e e-mails;
- (ii) Realização de 216 mil suspensões de fornecimento;
- (iii) 4,9 milhões de cobranças terceirizadas através das assessorias de cobrança;
- (iv) Utilização de novas tecnologias possibilitando pagamento das faturas de energia por meio do cartão;
- (v) Negociações para 96 mil consumidores através da plataforma digital;
- (vi) Ações sistemáticas para os Grandes Clientes e negociações com órgãos do Poder Público.

4.6. DEC e FEC (12 meses)

As melhorias nos resultados do DEC e FEC, que permitiram à Neoenergia Coelba superar os parâmetros regulatórios de qualidade, refletem diversas ações implementadas pela empresa, tanto na gestão com revisão de processos como em investimentos no sistema de automação de suas subestações e equipamentos da rede de distribuição.

No 4T25 a Neoenergia Coelba registrou o DEC de 9,39 horas e FEC de 3,76x, ambos dentro dos limites regulatórios estabelecidos pela Aneel, conforme tabela abaixo.

	DEC (horas)				FEC (vezes)			
	4T25	4T24	Δ %	Limite regulatório	4T25	4T24	Δ %	Limite regulatório
	9,39	10,24	(8%)	12,11	3,76	4,09	(8%)	6,20

NOTA: Indicadores 12 meses sem supridora. Devido ao fato do prazo de apuração dos indicadores de qualidade ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de 2024 foram ajustados para a apuração definitiva.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

DRE (R\$ MM)	4T25	4T24	Variação		2025	2024	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	4.672	4.546	126	3%	17.278	15.580	1.698	11%
Custos Com Energia	(2.998)	(2.893)	(105)	4%	(11.157)	(9.755)	(1.402)	14%
Margem Bruta s/ VNR	1.674	1.653	21	1%	6.121	5.825	296	5%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	137	268	(131)	(49%)	869	754	115	15%
Margem Bruta	1.811	1.921	(110)	(6%)	6.990	6.579	411	6%
Despesa Operacional	(364)	(387)	23	(6%)	(1.551)	(1.478)	(73)	5%
PECLD	(58)	(55)	(3)	5%	(194)	(190)	(4)	2%
EBITDA	1.389	1.479	(90)	(6%)	5.245	4.911	334	7%
Depreciação	(268)	(250)	(18)	7%	(1.025)	(936)	(89)	10%
Resultado Financeiro	(495)	(463)	(32)	7%	(2.122)	(1.769)	(353)	20%
IR CS	(128)	(137)	9	(7%)	(144)	(398)	254	(64%)
LUCRO LÍQUIDO	498	629	(131)	(21%)	1.954	1.808	146	8%
EBITDA Caixa	1.252	1.211	41	3%	4.376	4.157	219	5%

A Neoenergia Coelba apresentou margem bruta sem VNR de R\$ 1.674 milhões no 4T25, em linha com o 4T24. No ano, a margem bruta sem VNR foi de R\$ 6.121 milhões (+5% vs. 2024), explicado pelos maiores volumes e pelo impacto positivo da variação da parcela B de +8,1% no reajuste de abril/25, parcialmente compensada pelo impacto negativo da variação da parcela B de -4,8% do reajuste de abril/24.

A margem bruta foi de R\$ 1.811 milhões no 4T25 (-6% vs. 4T24) e de R\$ 6.990 milhões em 2025 (+6% vs. 2024), em razão dos efeitos supracitados, além do maior VNR no ano.

As despesas operacionais contabilizaram R\$ 364 milhões no 4T25 (-6% vs. 4T24). No ano, as despesas somaram R\$ 1.551 milhões (+5% vs. 2024), em linha com a inflação do período.

No trimestre, a PECLD totalizou R\$ 58 milhões (+5% vs. 4T24) e no acumulado foi de R\$ 194 milhões (+2% vs. 2024), refletindo a boa performance das ações de cobrança. Quando analisamos o indicador de inadimplência (PECLD/ROB) de 2025, ele encerrou em 1,20%, abaixo do seu limite regulatório, de 1,27%.

Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA foi de R\$ 1.389 milhões no trimestre (-6% vs. 4T24) e de R\$ 5.245 milhões no ano (+7% vs. 2024). O EBITDA Caixa (ex- VNR) no 4T25 foi de R\$ 1.252 milhões (+3% vs. 4T24) e em 2025 foi de R\$ 4.376 milhões (+5% vs. 2024).

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 495 milhões no 4T25 (vs. -R\$ 463 milhões no 4T24) e de -R\$ 2.122 milhões em 2025 (vs. -R\$ 1.769 milhões em 2024), em virtude do aumento dos encargos de dívida devido ao maior saldo médio e maior CDI. No acumulado esses efeitos foram parcialmente compensados pelo crédito de R\$ 56 milhões no 2T25 referente à atualização monetária sobre os indêbitos tributários.

A rubrica de IR/CS do trimestre foi de -R\$ 128 milhões (vs. -R\$ 137 milhões no 4T24) e no ano foi de -R\$ 144 milhões, (vs. -R\$ 398 milhões em 2024). Em 2025 observa-se o impacto positivo do indêbito tributário ocorrido no 2T25, gerando crédito no valor de R\$ 274 milhões, dada a exclusão da atualização da Selic dos indêbitos relativos à retirada do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

O Lucro Líquido foi de R\$ 498 milhões no 4T25 (-21% vs. 4T24) e de R\$ 1.954 milhões em 2025 (+8% vs. 2024).

5.1. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

EBITDA (R\$ MM)	4T25	4T24	Variação		2025	2024	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Lucro líquido do período (A)	498	629	(131)	(21%)	1.954	1.808	146	8%
Despesas financeiras (B)	(599)	(475)	(124)	26%	(2.273)	(1.774)	(499)	28%
Receitas financeiras (C)	89	63	26	41%	319	259	60	23%
Outros resultados financeiros líquidos (D)	15	(51)	66	N/A	(168)	(254)	86	(34%)
Imposto de renda e contribuição social (E)	(128)	(137)	9	(7%)	(144)	(398)	254	(64%)
Depreciação e Amortização (F)	(268)	(250)	(18)	7%	(1.025)	(936)	(89)	10%
EBITDA = A-(B+C+D+E+F)	1.389	1.479	(90)	(6%)	5.245	4.911	334	7%

5.2. Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (em R\$ MM)	4T25	4T24	Variação		2025	2024	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	56	32	24	75%	166	131	35	27%
Encargos, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos de dívida	(454)	(397)	(57)	14%	(1.968)	(1.565)	(403)	26%
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	(97)	(98)	1	(1%)	(320)	(335)	15	(4%)
Juros, comissões e acréscimo moratório	22	24	(2)	(8%)	117	116	1	1%
Variações monetárias e cambiais - outros	8	(5)	13	N/A	53	(22)	75	N/A
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	-	(3)	3	N/A	(9)	(53)	44	(83%)
Atualização do ativo / passivo financeiro setorial	(19)	(18)	(1)	6%	(85)	(59)	(26)	44%
Obrigações pós emprego	(25)	(20)	(5)	25%	(91)	(77)	(14)	18%
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(83)	(76)	(7)	9%	(305)	(240)	(65)	27%
Total	(495)	(463)	(32)	7%	(2.122)	(1.769)	(353)	20%

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 495 milhões no 4T25 (vs. -R\$ 463 milhões no 4T24) e de -R\$ 2.122 milhões em 2025 (vs. -R\$ 1.769 milhões em 2024), explicado, pelo aumento nos encargos da dívida, devido à elevação do CDI no período (68% do endividamento da companhia está atrelado a este indexador), além do aumento do saldo médio da dívida, devido às captações direcionadas para investimentos.

Vale destacar que em 2025, a rubrica de variações monetárias e cambiais foi positivamente impactada pelo crédito de R\$ 56 milhões referentes a atualização monetária sobre os indébitos tributários, contabilizados no 2T25.

6. INVESTIMENTOS

Em 2025, a Neoenergia Coelba realizou Capex de R\$ 3.491 milhões, principalmente alocados em projetos de expansão da rede, conforme tabela abaixo:

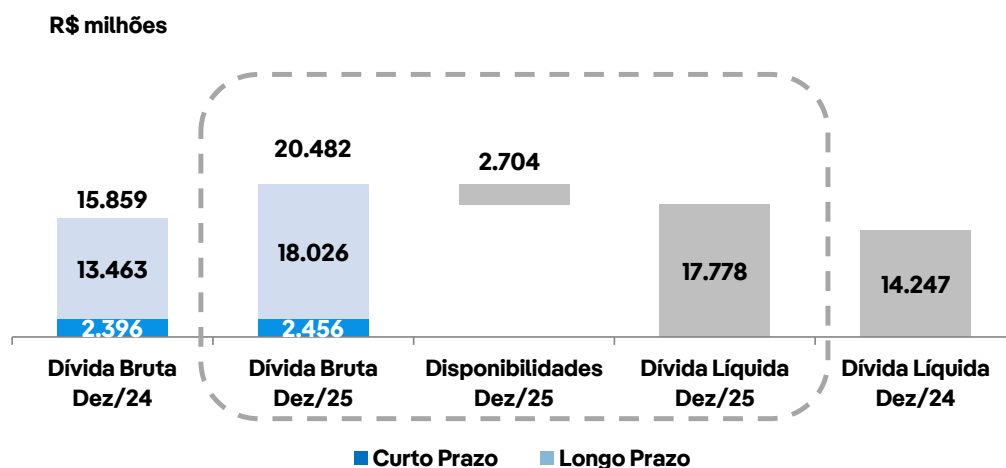
INVESTIMENTOS REALIZADOS (valores em R\$ MM)	Neoenergia Coelba		
	2025	2024	Δ %
Expansão de Rede	2.737	2.154	27%
Programa Luz para Todos	337	320	5%
Novas Ligações	1.298	1.134	15%
Novas SE's e RD's	1.102	700	58%
Renovação de Ativos	404	396	2%
Melhoria da Rede	251	149	68%
Perdas e Inadimplência	95	86	11%
Outros	379	232	63%
Movimentação Material (Estoque x Obra)	130	(23)	(665%)
(=) Investimento Bruto	3.997	2.993	34%
SUBVENÇÕES	(376)	(146)	158%
(=) Investimento Líquido	3.621	2.847	27%
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(130)	23	(665%)
(=) CAPEX	3.491	2.870	22%
Base de Anuidade Regulatória	379	232	63%
Base de Remuneração Regulatória	3.488	2.784	25%

Os investimentos realizados foram aderentes ao necessário para o período, refletindo a política da Companhia para garantir a expansão da rede com a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

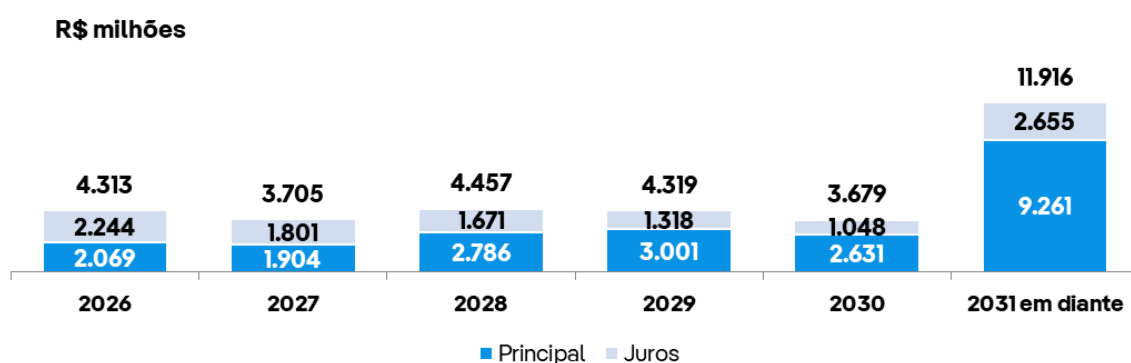
7.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2025, a dívida líquida de Neoenergia Coelba, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 17.778 milhões (dívida bruta de R\$ 20.482 milhões), apresentando um crescimento de 25% (R\$ 3.531 milhões) em relação a dezembro de 2024. Em relação a segregação do saldo devedor, 88% da dívida está contabilizada no longo prazo e 12% no curto prazo.



7.2. Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2025.




8. RATING

Em 25 de novembro de 2025, a Standard & Poor's – S&P reafirmou o rating da Neoenergia e suas distribuidoras em “BB” na Escala Global e ‘brAAA’ na Escala Nacional Brasil, limitadas ao rating soberano.

9. OUTROS TEMAS

9.1. Clientes Baixa Renda

Resolução ANEEL nº 1.000/2021 define o conceito de consumidores de baixa renda, caracterizada por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, subsidiadas por um benefício criado pelo Governo Federal e regulamentado pela Lei nº 12.212/2010 e pelo Decreto nº 7.583.

 Neoenergia Coelba				
Número de Consumidores Residenciais (Em milhares)	4T25	4T24	4T25 / 4T24	
			Dif.	%
Convencional	4.335	4.140	195	4,7%
Baixa Renda	1.883	1.917	(34)	(1,8%)
Total	6.218	6.056	161	2,7%

9.2. Programa Luz para todos

O Programa Luz para Todos foi instituído pelo Governo Federal com o objetivo de propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural e residencial baixa renda sem acesso a esse serviço público. Com a publicação do Decreto nº 11.111, de 29 de junho de 2022, foi novamente prorrogada a vigência do Programa Luz para Todos até dezembro de 2026.

Atualmente, a Neoenergia Coelba realiza a gestão do maior programa de eletrificação rural do país, com investimento acumulado de cerca de R\$ 8,3 bilhões, com participação financeira da Distribuidora, do Governo Federal e do Governo Estadual, atingindo 725.275 ligações. No 4T25 foram realizadas 1.010 ligações, promovendo desenvolvimento econômico e melhorando a qualidade de vida das pessoas.

Programa Luz para Todos	
Até 2022	704.301
em 2023	8.827
em 2024	6.139
1T24	1.359
2T24	1.918
3T24	1.016
4T24	1.846
em 2025	6.008
1T25	1.578
2T25	1.660
3T25	1.760
4T25	1.010
Total Ligações Executadas	725.275

9.3. Práticas de Gestão

9.3.1. Remuneração de Acionistas

A Neoenergia Coelba possui definido em seu Estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, conforme Política de Distribuição de Dividendos, disponível no site da Companhia (<https://www.neoenergia.com/politicas-governanca-corporativa>).

Em 2025, a Companhia deliberou os seguintes proventos:

- (i) Dividendos de R\$ 90.093 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 10/04/2025 e pagos em 05/12/2025;
- (ii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 105.907 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 27/03/2025 e pagos em 12/11/2025;
- (iii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 123.194 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 27/06/2025 e pagos em 12/11/2025;
- (iv) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 141.010 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 29/09/2025 e pagos em 05/12/2025;

- (v) Dividendos Intermediários de R\$ 1.046.000 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 24/10/2025 e pagos em 05/12/2025;
- (vi) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 121.420 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 19/12/2025 e com previsão de pagamento até 31/12/2026.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2025 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026.

9.3.2. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplicam a todas as empresas do Grupo, permitindo o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas. Sua estrutura societária e de governança, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada.

O Sistema de Governança e Sustentabilidade da Neoenergia Coelba reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações da Companhia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do estatuto social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Companhia.

O Sistema, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente, se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referenda todos os elementos chaves do Sistema de Governança e Sustentabilidade, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, abaixo pormenorizados.

Conselho de Administração

Integrado atualmente por seis representantes titulares, sendo um membro independente e um suplente, todos com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia, podendo ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria de seus membros.

Conselho Fiscal

Com função independente, é composto atualmente por cinco membros titulares e igual número de suplentes. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandatos de um ano. O Conselho Fiscal reúne-se trimestralmente ou extraordinariamente sempre que convocado.

Diretoria

Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por quatro membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por mês ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras e não financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles e (ii) certificação das informações.

A certificação financeira ocorre semestralmente para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executados da forma adequada. No caso da certificação não financeira, os executivos atestam anualmente o ambiente de controles existentes para garantir a qualidade e integridade das informações dos indicadores reportados no Relatório de Sustentabilidade.

9.3.3. Gestão de Pessoas

A Neoenergia adota uma Política de Respeito dos Direitos Humanos e uma Política de Gestão Sustentável do Capital Humano e Prevenção do Assédio que orientam suas práticas para prevenir o assédio, promover um ambiente profissional diverso, inclusivo, respeitoso e livre de discriminação. Além de atrair, selecionar, gerir, promover e reter os melhores talentos, fomentar o desenvolvimento e a capacitação contínua das pessoas. Também incentivamos e reconhecemos o mérito e o desempenho com equidade, valorização do capital intelectual e promoção do equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, impulsionando o desenvolvimento, a criatividade, a produtividade e a melhoria das experiências das pessoas.

Em 2025, além dos programas direcionados a talentos e sucessores, continuamos investindo na formação de 100% de nossos líderes e colaboradores, focando no fortalecimento da nossa Cultura e da Centralidade no Cliente, competência estratégica e prioritária para a Neoenergia. Seguimos realizando formações para reciclagem de competências e atualizações obrigatórias para todos os níveis.

Sobre o tema diversidade, em 2025, promovemos diversas ações com o público interno, destacando-se:

- Cartilha Informativa sobre Assédio no Ambiente de Trabalho: como parte dos nossos processos de Compliance, a cartilha foi divulgada nos canais internos de comunicação, treinamentos e eventos com objetivo de ajudar a identificar, prevenir e combater o assédio;
- Conteúdos de diversidade e inclusão: foram mais de 7 mil participações nos eventos de diversidade e inclusão, que incluíram antirracismo, violência contra a mulher, orgulho LGBT, luta da pessoa com deficiência e outros;
- Vilarejos Junt+s: rodas de conversa conduzidas por colaboradores para pequenos grupos. Os encontros são um ambiente seguro de acolhimento. LGBTQFobia no ambiente de trabalho, maternidade, paternidade, autoestima e pessoas negras, segurança psicológica de pessoas LGBT, são alguns dos temas tratados;
- Potencialize: segunda edição do programa de desenvolvimento exclusivo para pessoas negras, desta vez com 58 participantes;
- Compromissos públicos: este ano firmamos parceria com o Fórum de empresas LGBTI;
- Programa de acolhimento de colaboradoras em situação de violência contra a mulher: iniciativa oferece suportes como acompanhamento jurídico, psicológico, financeiro além de outras medidas;

- Letramento racial e outras diversidades: Trilha de formação para os times de RH e Marketing contribuindo para o posicionamento estratégico e sustentável da empresa com os públicos internos e externos.

Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mantivemos a Escola de Eletricistas, que é uma iniciativa que visa criar oportunidades de capacitação profissional gratuita e apoiar a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras de energia da companhia, com foco na participação de mulheres, buscando a equidade de gênero no setor, uma vez que mais de 80% dos formados são contratados pela Neoenergia.

A Escola é reconhecida como exemplo global de um dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs) pelo WeEmpower, programa da ONU Mulheres, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), pela União Europeia por estimular boas práticas das empresas, foi citada no fórum econômico mundial por possuir prática inovadora que impulsiona o ESG globalmente e foi selecionada pela universidade de Harvard para ser estudado o impacto desse projeto na sociedade e na operação. Finalizamos o ano com as mulheres ocupando mais de 11% do nosso quadro de eletricitas, confirmando nossa crença na igualdade de gênero e nosso compromisso em alcançar mais de 12% até 2030.

Em 2025, a Neoenergia alcançou marcos relevantes em suas iniciativas de voluntariado, refletindo seu compromisso contínuo com a responsabilidade social e os ODS. No ano, foram registradas 4.883 participações, superando as projeções mapeadas na nossa meta ESG de voluntariado, que prevê 3.700 participações em 2025 e 4.700 em 2030.

Algumas ações de 2025 que foram destaques:

- Inspire Meninas a Sonhar: Colaboradoras engenheiras ou mulheres formadas em profissões de exatas, receberam na empresa **213 meninas** em idade escolar para conhecer o dia a dia dessas mulheres, rotina, os temas abordados para que elas vejam que é possível atuar em áreas de exatas;
- Operação Quilo: Recolheu **44,6** toneladas de alimentos em 2025, distribuídas a **132** instituições filantrópicas, beneficiando **12.386** pessoas;
- Campanha de doação de roupas: Arrecadadas **24.281** mil peças, beneficiando **10.046** mil pessoas;
- Gincana da Solidariedade: Arrecadou **54.360** mil itens de higiene pessoal.
- Semana Internacional de Voluntariado: Iniciativa global promovida pela Iberdrola, registrou **6.122** mil horas de voluntariado no Brasil e **33.086** beneficiados. As ações incluíram mutirão de doações de sangue, esporte solidário, momento cultural com idosos e educação para crianças, entre outros.
- Árvore da Solidariedade: Tradicional ação natalina realizada em seis estados, beneficiando **2.198** crianças, jovens e idosos em 2025.

Como compromisso com a equidade, detalhamos a quantidade e proporção de mulheres entre nossos colaboradores e órgãos da Administração ao final de 2025, além da remuneração segregada por gênero:

Nº Colaboradores	Mulheres	Homens	Total	% Mulheres
Liderança	139	205	344	40,4%
Não Liderança	1.012	4.158	5.170	19,6%
Total	1.151	4.363	5.514	20,9%

Órgão da Administração	Mulheres	Homens	Total	% Mulheres
Diretoria	1	3	4	25,0%
Conselho de Administração - Efetivos	1	5	6	16,7%
Conselho de Administração - Suplentes	0	1	1	0,0%
Conselho Fiscal - Efetivos	0	5	5	0,0%
Conselho Fiscal - Suplentes	2	2	4	50,0%

Remuneração média anual (R\$) ¹	Mulheres	Homens
Liderança	337.716	349.339
Não Liderança	96.973	93.339

¹ Considera média anual de remuneração fixa e variável. Não são considerados eletricitistas.

10. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

10.1. ESG

Às vésperas da COP30, a Neoenergia lançou o projeto da construção da Usina Solar Noronha Verde, um investimento de R\$ 350 milhões que permitirá a descarbonização da matriz elétrica de Fernando de Noronha. O projeto inclui mais de 30 mil painéis solares e um sistema de baterias de grande capacidade para reduzir a dependência de combustíveis fósseis. No mesmo evento, a empresa entregou a primeira usina solar flutuante do arquipélago, instalada no Açude do Xaréu, que vai atender 30% do consumo da ilha e evitar 717 toneladas de CO₂ por ano, e reforçando o compromisso da Neoenergia com a aceleração da transição energética e com a adoção de tecnologias de baixo carbono em territórios de alta relevância ambiental.

Durante a COP30, a Neoenergia teve suas metas de redução de emissões validadas pelo SBTi, assumindo compromisso de zerar emissões líquidas até 2039. O reconhecimento reforça o protagonismo da empresa na transição energética e contribui para indicadores vinculados ao financiamento da IFC. As metas aprovadas incluem fortes reduções nos Escopos 1, 2 e 3 — com cortes de até 90% nas emissões indiretas até 2039 — alinhando a Companhia ao Acordo de Paris e à ciência climática.

Outro destaque durante a COP 30, foi a iniciativa da Iberdrola e Neoenergia, que levou jovens do PerifaConnection e Observatório das Baixadas ao evento para discutir oportunidades de emprego na economia verde e como a transição energética pode abrir novas carreiras, além dos desafios para aproveitá-las.

A Neoenergia reforça seu compromisso com a transição energética ao integrar a Coalizão do Setor Elétrico, iniciativa que reuniu empresas e associações para propor medidas voltadas à transição energética e à descarbonização, incluindo recomendações para a COP30 sobre matriz renovável, redução de emissões e investimentos em infraestrutura. A Neoenergia contribuiu com estudos técnicos, apoio ao relatório coordenado pelo CEBDS e PSR, lançado em evento Coalizões Temáticas rumo à COP30, que ocorreu em outubro, em Brasília.

A Companhia também firmou uma parceria com a Honda para desenvolver soluções de hidrogênio verde aplicadas à mobilidade no Brasil. A cooperação será baseada no primeiro posto de abastecimento de hidrogênio verde da Neoenergia, em Brasília, projeto de P&D da Aneel com investimento acima de R\$ 30 milhões. O objetivo é acelerar a descarbonização do setor automotivo e avançar rumo à neutralidade de carbono até 2050, meta compartilhada pelas duas empresas.

Por fim, a Companhia também recebeu um empréstimo de 300 milhões de euros da EIB Global para modernizar e expandir a rede da Neoenergia Coelba. Os recursos serão usados para ampliar ligações, automatizar sistemas e levar energia limpa a mais comunidades, especialmente de baixa renda. O acordo foi celebrado durante a COP30 e está alinhado ao Pacto Ecológico UE-Brasil, à estratégia Global Gateway e às metas climáticas do Acordo de Paris. Segundo o BEI e a Neoenergia, o projeto fortalecerá a infraestrutura elétrica do estado e facilitará o acesso seguro e eficiente às energias renováveis.

A apuração do resultado das metas de ESG de 2025 serão divulgadas no relatório de sustentabilidade.

10.2. Inovação

A inovação é a principal estratégia para garantir nossos avanços em sustentabilidade, eficiência e competitividade, sendo esse um processo descentralizado e aberto que se integra a todos os nossos Negócios. Esse esforço é potencializado pela diversidade dos nossos colaboradores e garantido pela ambidestria organizacional, que permite o equilíbrio entre atividades rotineiras e iniciativas inovadoras. A partir da estratégia *first to market* (primeiro a chegar ao mercado), exploramos tecnologias emergentes, em consonância com os nossos compromissos de sustentabilidade.

Nossos esforços de inovação estão estruturados em cinco eixos principais:

- **Tecnologias Disruptivas** – Foco no desenvolvimento de novos modelos de negócios e soluções mais eficientes e sustentáveis que otimizem as operações.
- **Novos Produtos e Serviços** – Criação de ofertas personalizadas que atendam às necessidades dos clientes.
- **Digitalização e Automação** – Uso de tecnologias como Internet das Coisas (IoT), inteligência artificial e big data (análise e interpretação de grandes volumes de dados) e machine learning (aprendizado de máquina) para integrar e otimizar processos.
- **Inovação Colaborativa** – Parcerias com startups, universidades e fornecedores para o desenvolvimento de novos modelos de negócios e para impulsionar inovações incrementais e disruptivas.
- **Cultura de Inovação** – Fomento a um ambiente que valoriza talentos e práticas inovadoras.

A governança da inovação é reforçada pela plataforma colaborativa Go In, que promove a geração de soluções. Em 2025, a terceira edição do Programa Inovamos resultou em mais de 1.900 ideias, um aumento de 108% em relação a 2024.

Em 2025, destinamos R\$ 468,4 milhões em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI, um aumento de 27,5% em relação ao ano anterior. O valor inclui R\$ 168,9 milhões destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e outras regulamentações.

Nos últimos três anos, os projetos regulados pela Aneel envolveram mais de 1,2 mil pesquisadores e cerca de 44 parceiros tecnológicos.

O detalhamento dos projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação pode ser encontrado em página de PDI (<https://www.neoenergia.com/pesquisa-desenvolvimento-inovacao>).

10.3. Educação e Cultura

Através do Programa Energizar, seguimos com os cursos focados nos pilares do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): saúde, educação e renda em parceria com a Rede Muda Mundo. No ano, disponibilizamos cursos de saúde física, danças, alfabetização de adultos, reforço escolar, libras, culinária, gastronomia, dentre outros. A novidade em 2025 foi que o programa passou a contar com núcleos de produção nos quais algumas das mulheres formadas nos cursos de renda poderão trabalhar na confecção de seus produtos para venda. Além do espaço, também foi disponibilizado maquinário e capital de giro necessários para iniciar essa produção. Com isso, fortalecemos cada vez mais o empoderamento feminino.

A Neoenergia também atua em diversos projetos com comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, e projetos de educação ambiental nas áreas de atuação de seus negócios de geração, transmissão e distribuição.

Um destaque é o Festival Kizomba integrante do Programa Básico Ambiental Quilombola (PBAQ) da Comunidade Quilombola Sumidouro, localizada na área de concessão do Complexo Eólico Oitis. O festival é uma celebração regional que visa fortalecer a identidade e o patrimônio cultural (música e dança), promovendo a preservação e a continuidade de suas tradições. O festival é patrocinado pela Neoenergia desde 2024 e, desde então, também fortaleceu o relacionamento da comunidade com a Neoenergia. Com o patrocínio, doamos à comunidade sanfonas, instrumentos musicais tradicionais amplamente utilizados nas festividades locais.

Na esfera cultural, as principais iniciativas da companhia foram conduzidas pelo Instituto Neoenergia, como:

- Programa de Editais Transformando Energia em Cultura, se consolidando como um dos maiores editais de cultura do Brasil, por meio da utilização de leis estaduais e federal, abrangendo Rio Grande do Norte, Bahia, São Paulo/Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Distrito Federal, dirigido para iniciativas voltadas à valorização da rica diversidade cultural brasileira.
- 5ª edição do Prêmio Inspirar, que pela primeira vez teve foco exclusivo em lideranças femininas negras. A iniciativa superou os resultados das edições anteriores, alcançando quase 58 mil votos e registrando aumento de 58% nas inscrições. Com sua potência transformadora, o prêmio engajou comunidades e contribuiu para fortalecer vozes que ecoam nos territórios, promovendo impacto social e transformação de realidades. A edição de 2025 foi realizada com recursos da Lei Federal de Incentivo à Cultura.
- Caravana Energia da Cultura que consiste em uma série de encontros presenciais de formação com aplicabilidade prática, com o objetivo de aprimorar técnicas e boas práticas na área da cultura, em Mossoró (RN), Feira de Santana (BA), Brasília (Distrito Federal) e Araras (SP), além de oferecer mentorias online para esses líderes, promovendo o intercâmbio entre gestores socioculturais e a formação de uma rede ativa.

Conectar Cultural é uma iniciativa realizada por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), a fim de preservar, fortalecer e difundir o patrimônio cultural imaterial do Recôncavo Baiano, contando também com a participação do meio acadêmico.

10.4. Instituto Neoenergia

O Instituto Neoenergia integra o Investimento Social Privado da companhia e promove ações que fomentam a transformação das pessoas e do planeta nas regiões onde a Neoenergia opera seus negócios. Por meio do desenvolvimento de programas e projetos próprios, além do apoio a iniciativas com uso de leis de incentivo, o Instituto contribui com o desenvolvimento sustentável no Brasil, enfrentando desafios relacionados às questões econômicas, sociais e ambientais. O trabalho é desenvolvido com foco na redução das desigualdades e da melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade, assim como no combate às mudanças climáticas e pela conservação da biodiversidade, por meio de cinco pilares: Formação e Pesquisa, Biodiversidade e Mudanças Climáticas, Arte e Cultura, Ação Social e Colaboração Institucional.

2025 representou um período de crescimento significativo para a organização. O Instituto desenvolveu e apoiou 17 programas e projetos sociais de impacto destacados em seu plano de atuação, com recursos próprios e incentivados. Dentre estes, podemos destacar o Transformando Energia em Cultura, Jogando Juntas e o inédito Ilumina Social, integrados por meio de uma Chamada de Editais bianual. O Instituto apoiou 94 novos projetos realizados com leis de incentivo estaduais e federais e acompanhou 67 iniciativas em execução por meio dos Núcleos de Acompanhamento de Projeto (NAPs) Cultura, Social e Esporte. Houve o crescimento de 46% em investimento em projetos com recursos incentivados em relação a 2024, utilizando doze leis de incentivo. A ampliação do escopo para contemplar as leis sociais federais e as novas leis de esporte estaduais resultou em um incremento relevante na atuação institucional, possibilitando maior alcance em regiões periféricas e fora dos grandes centros urbanos, promovendo a descentralização de recursos e fortalecendo o compromisso com a inclusão social e o desenvolvimento sustentável.

Já com recursos próprios, em 2025 o Pontes para Educação reforçou seu compromisso com a educação pública, alcançando 317 escolas e mais de 78 mil pessoas. Com fóruns, seminários e 375 horas formativas, promoveu práticas inovadoras, protagonismo feminino e interiorização, transformando cada conexão em um propósito compartilhado.

Ainda em 2025, o projeto Flyways Brasil, que tem como missão contribuir com a conservação das aves limícolas (que vivem em áreas úmidas, como estuários e lagoas) e seus habitats, na região da Bacia Potiguar/RN, celebrou 10 anos de atuação. Ao longo do ano, foram realizadas 23 ações (workshops, treinamentos e voluntariado), a iniciativa protegeu 8.500 hectares, monitorou 6.056 aves de 18 espécies, incluindo quatro ameaçadas, e adaptou censos para três habitats principais. Além disso, beneficiou 902 pessoas diretamente, conectando saber técnico e tradicional por meio de cartografia social e educação ambiental.

O Observatório das Baixadas consolidou-se como referência na produção de conhecimento e inovação social. Com 16 pesquisas publicadas, quatro tecnologias desenvolvidas e presença ativa na COP30, promoveu autonomia, engajamento comunitário e diálogo técnico, conectando ciência, saber ancestral e justiça climática.

Outro marco do Instituto Neoenergia em 2025, foi a oitava edição do Programa de Iluminação Cultural, contemplando o Museu Histórico Lauro da Escóssia em Mossoró (RN) com a realização da ação de educação patrimonial nas escolas municipais e impactando mais de 240 adolescentes, além da intervenção cultural no dia da inauguração da nova iluminação, que destaca os elementos arquitetônicos desse importante patrimônio da cidade.

Ao longo de 2025, 37 líderes voluntários da Neoenergia dedicaram um total de 351 horas ao Programa de Aceleração Social Impacto ODS. A participação ativa desses líderes demonstra engajamento com iniciativas que promovem impacto positivo na comunidade e alinhamento com a estratégia de sustentabilidade da companhia.

10.5. Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética (PEE) do Grupo Neoenergia tem como foco promover o uso eficiente da energia elétrica conforme determina a legislação específica, em particular a Lei 9.991 de 24 de julho de 2000.

O investimento total do PEE em 2025 na Neoenergia Coelba foi de R\$ 43,7 milhões.

Entre as ações que merecem destaque em 2025 estão:

- Projetos com ação em comunidades populares com troca de mais de 184 mil lâmpadas por LED e troca de 50 refrigeradores para consumidores residenciais baixa renda e mais de 47 mil lâmpadas em 864 instituições dessas comunidades.
- Projeto Vale Luz, que troca resíduos sólidos por desconto na conta de energia, sendo recicladas 900 toneladas de resíduos, com desconto de mais de R\$ 485 mil na conta de energia elétrica de cerca de 7 mil consumidores.
- Projetos Educativos, prioritariamente em escolas públicas, capacitando quase 6 mil professores e mais de 72 mil alunos da área de concessão da Neoenergia Coelba sobre o tema de uso eficiente da energia elétrica, além de mais de 20 mil pessoas de público avulso visitando o Museu da Energia e unidade móvel educativa em eventos públicos. Destaque para início de operação de nova unidade móvel.
- Projetos de Eficientização de 33 prédios públicos e comerciais assistenciais na área de concessão da distribuidora, a exemplo da Estação de carregamento de bicicleta elétrica no Salvador Shopping, unidades do TJ em Inhambupe e Itamaraju, Comando da Aeronáutica e Quartel do Exército de Amaralina, além de diversas unidades da Prefeitura Municipal de Salvador, totalizando mais de 13,7 mil lâmpadas substituídas, instalação de 25 sistemas solares fotovoltaicos, totalizando 1,89 MWp e instalação de 1 sistema de armazenamento de energia no Hospital Santo Antônio das Obras Sociais Irmã Dulce (OSID).
- Projetos de Eficientização de Iluminação Pública em 20 municípios da Bahia (Amélia Rodrigues, Anagé, Angical, Brotas de Macaúbas, Cachoeira, Capela do Alto Alegre, Caravelas, Cotegipe, Curaçá, Itanhém, Morpará, Mucuri, Nova Viçosa, Planalto, Poções, Prado, Remanso, Riachão das Neves, Salvador e São Desidério) com a substituição de mais de 9 mil pontos de IP por tecnologia LED.

10.6. Pesquisa e Desenvolvimento

Quatro temas estratégicos norteiam o Programa de PDI da Neoenergia Coelba: Tecnologias Inteligentes, Eficiência Operacional, Segurança e Sustentabilidade, tendo como objetivo viabilizar o desenvolvimento de tecnologias inovadoras que tragam impactos positivos para os negócios, meio ambiente e para os clientes.

Em 2025, foram investidos R\$ 74,85 milhões no Programa de PDI ANEEL da Coelba, sendo R\$ 14,23 milhões para projetos de PDI, R\$ 34,4 milhões destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), R\$ 17,18 milhões ao Ministério de Minas e Energia (MME) e R\$ 9,04 milhões destinados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Seguem alguns destaques do Programa de PDI da Neoenergia Coelba, regulado pela ANEEL, no ano de 2025:

No âmbito de Tecnologias Inteligentes, o Programa de PDI da Neoenergia Coelba, investe no desenvolvimento de soluções que melhoram a qualidade do fornecimento de energia, reduzem as perdas e prepara as distribuidoras para enfrentar os desafios relacionados à transição energética, em que se verifica um aumento da inserção dos recursos energéticos distribuídos, como geração fotovoltaica e veículos elétricos.

Nesse sentido, destacam-se os projetos de desenvolvimento de tecnologia nacional de redes inteligentes, que deram origem à família de produtos GODEL. Este Programa Estruturante inseriu novas soluções tecnológicas aos processos dos negócios das empresas do setor elétrico, tendo como exemplo, o GODEL CONECTA. Esse sistema possibilita que os clientes verifiquem a capacidade do sistema elétrico de média e baixa tensão para conexão da geração distribuída e de novas cargas, indicando de forma imediata a necessidade ou não de obras de reforço na rede. Em 2025 esse produto foi destaque nas vendas para as demais empresas do setor elétrico. Atualmente essa tecnologia está em utilização em 10 distribuidoras do Brasil, além das distribuidoras da Neoenergia.

Na vertente da Eficiência Operacional, destacamos os projetos de PDI que aprimoram os serviços de energia elétrica da Neoenergia para atendimento aos clientes. Um grande destaque é o Projeto GODEL PQA-900 que consiste em um equipamento inovador para registro contínuo de parâmetros da qualidade da energia. Além de atender a todos os requisitos dos Procedimentos de Distribuição e normas internacionais, este equipamento se diferencia dos concorrentes por possuir capacidade para registros de formas de onda contínua, sem perda de informação. Assim, as análises técnicas passam a ser mais assertivas e possibilitam o fornecimento de respostas mais completas aos clientes, consumidores e geradores, sobre a qualidade do fornecimento de energia.

Ainda na vertente da Eficiência Operacional, destacam-se os projetos de PDI ANEEL:

- Reator de Núcleo Saturado que tem como objetivo a regulação dinâmica de tensão em redes de distribuição de energia elétrica de média tensão, para cumprimento dos padrões e fornecimento de energia elétrica, estabelecidos pela Agência Reguladora. No ano de 2025, foram instalados os 4 primeiros equipamentos na rede de distribuição da Neoenergia Coelba;
- Aplicação combinada de capacitor série e reator de núcleo saturado para mitigação do colapso de tensão em redes com alta penetração de geração distribuída, com o objetivo de desenvolver e aplicar novas tecnologias para possibilitar às distribuidoras realizar ações mais rápidas;
- Previsão Climática, algoritmo e aplicativo computacional para previsão da evolução da temperatura do ar e da sensação térmica, objetivando projeções mais assertivas do mercado de energia das distribuidoras;
- Torre de Emergência Móvel para reposição emergencial de estruturas em 69kV e/ou 138kV (suspensão e/ou ancoragem) e inclui o desenvolvimento de âncoras nacionais removíveis;
- Sandbox Tarifário com participação na governança junto com ABRADEE e ANEEL, que tem como objetivo a experimentação de modelos não convencionais de tarifas aplicadas às distribuidoras;
- Otimização de obras, solução baseada em algoritmos de otimização para planejamento e roteirização de carteira de obras de distribuição;
- Melhores Práticas para o Segmento de Distribuição em Face de Eventos Climáticos Extremos, incluindo indicadores de resiliência, ações preventivas, recomendações regulatórias, guia de compartilhamento de equipes e uso de tecnologias para monitoramento climático;
- SPIN, plataforma com inteligência artificial para auxiliar na tomada de decisão, correlacionando dados da rede elétrica com variáveis climáticas. A solução oferece uma análise criteriosa de vulnerabilidade dinâmica por região, com 8 horas de antecedência (*nowcasting*).

Na vertente de Segurança, o projeto Sensor de Proximidade consiste em um equipamento eletrônico capaz de processar informações provenientes de diversos sensores instalados no cesto aéreo dos caminhões de linha viva, tais como sensores de campo elétrico, ultrassom, corrente de fuga e “Lidar”, objetivando a mitigação de acidentes elétricos com equipes de campo, causados principalmente por aproximação às fases em trabalhos realizados com linha viva em redes de 69 kV.

O projeto Smart Safety Eye consiste em um sistema com inteligência artificial para a identificação de ações inadequadas pelas equipes de campo.

Na vertente de Sustentabilidade, destaca-se o projeto Corredor Verde, que implementou ampla infraestrutura de recarga de veículos elétricos na região nordeste com 17 estações de recarga instaladas, estabelecendo o primeiro corredor elétrico com 1.200 km de extensão entre Salvador (BA) e Natal (RN). Essa infraestrutura de eletropostos viabilizou a cobrança do serviço de recarga de veículos elétricos, de forma pioneira no Brasil. A infraestrutura do Corredor Verde está em operação desde 2022, sendo amplamente utilizada, registrando mais de 9 mil usuários e 57 mil recargas realizadas. Esse volume de utilização tem gerado receitas para a Neoenergia e consolidado a relevância dessa infraestrutura, que se mantém plenamente operacional e impulsiona a expansão da mobilidade elétrica na região.

Ainda no âmbito do tema de Sustentabilidade, destaca-se o projeto Soluções sustentáveis e ecoeficientes para convívio da arara-azul-de-lear (*Anodorhynchus leari*) com a rede elétrica de distribuição e criação de um Programa de Conservação da espécie.

11. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DA NEOENERGIA COELBA

As ações da Neoenergia Coelba são pautadas na busca constante por qualidade e eficiência, cujos resultados são evidenciados a partir das premiações e reconhecimentos conquistados ao longo dos anos.

Valorização da diversidade - A Neoenergia Coelba foi destaque no Prêmio Ordem do Mérito Cultural da Diversidade LGBT+ da Bahia pelo trabalho desenvolvido com o Programa Junt+s.

Experience Awards – Neoenergia Coelba foi certificada na categoria Energia, um reconhecimento 100% baseado na voz do cliente.

12. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, a Companhia declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. (“Deloitte”), firmado em 01/03/2022, com vigência de 60 meses.

Em 2025, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 908.301,00, dos quais R\$ 760.750,00 referem-se à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais) e R\$ 147.551,00 referem-se a outros serviços relacionados à auditoria, tais como revisão da tradução dos demonstrativos para inglês, revisão das projeções dos fluxos de caixa para fins de pagamento de dividendos, auditoria de demonstrações regulatórias e procedimentos previamente acordados sobre relatório controle patrimonial. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

13. BALANÇO SOCIAL

Nosso desempenho em aspectos ambientais, sociais, econômicos e de governança é relatado anualmente desde 2004. Em 2010, passamos a seguir as normas da Global Reporting Initiative (GRI) e, a partir de 2020, incorporamos os padrões do Sustainability Accounting Standards Board (SASB) e as recomendações do Dow Jones Sustainability Index (DJSI). Em 2021, incluímos as diretrizes da Task Force on Climate-Related Financial Disclosure (TCFD), cujas recomendações foram integradas aos padrões do International Sustainability Standards Board (ISSB) em 2023. Essas normas serão obrigatórias no Brasil para empresas de capital aberto para os relatórios referentes ao ano de 2026, em atendimento à Resolução 193 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O Relatório de Sustentabilidade da empresa é divulgado o site da companhia (www.neoenergia.com) e o documento referente ao ano de 2025 será publicado até 30 de abril de 2026.

14. NOTA DE CONCILIAÇÃO

A Neoenergia Coelba apresenta os resultados do 4T25 e 2025 a partir de análises gerenciais que a Administração entende traduzir da melhor forma o negócio da Companhia, conciliada com os padrões internacionais de Demonstrações Financeiras Intermediárias (International Financial Reporting Standards – IFRS). Como referência, segue abaixo quadro de conciliação:

Memória de Cálculo	4T25	4T24	2025	2024	Correspondência nas Notas Explicativas (*)
(+) Receita líquida	4.888	4.865	18.380	16.529	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(137)	(268)	(869)	(754)	Nota 3
(-) Outras receitas **	(79)	(52)	(233)	(196)	Nota 3.3
(+) Outras receitas - Outras	-	1	-	1	Nota 3.4
= RECEITA Operacional Líquida	4.672	4.546	17.278	15.580	
(+) Custos com energia elétrica	(2.141)	(1.943)	(7.582)	(6.912)	Demonstrações de resultado
(+) Custos de construção	(857)	(950)	(3.575)	(2.843)	Demonstrações de resultado
= Custo com Energia	(2.998)	(2.893)	(11.157)	(9.755)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	137	268	869	754	Nota 3
= MARGEM BRUTA	1.811	1.921	6.990	6.579	
(+) Custos de operação	(485)	(460)	(1.845)	(1.808)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(43)	(37)	(171)	(100)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(183)	(191)	(793)	(701)	Demonstrações de resultado
(-) Depreciação e Amortização	268	250	1.025	936	Nota 6
(+) Outras receitas **	79	52	233	196	Nota 3.3
(+) Outras receitas - Outras	-	(1)	-	(1)	Nota 3.4
= Despesa Operacional (PMSO)	(364)	(387)	(1.551)	(1.478)	
(+) PCE	(58)	(55)	(194)	(190)	Demonstrações de resultado
EBITDA	1.389	1.479	5.245	4.911	
(+) Depreciação e Amortização	(268)	(250)	(1.025)	(936)	Nota 6
(+) Resultado Financeiro	(495)	(463)	(2.122)	(1.769)	Demonstrações de resultado
(+) IR/CS	(128)	(137)	(144)	(398)	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	498	629	1.954	1.808	Demonstrações de resultado

(*) As notas explicativas correspondem as informações acumuladas apresentadas em R\$ milhões.

(**) Exceto compensações regulatórias.



DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia S.A. ("Neoenergia Coelba" e/ou "Companhia"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Coelba e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Coelba.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e ponto de vista da Companhia até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Coelba sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com).

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA
Salvador - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia de Eletricidade do Estado da

Bahia - COELBA em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia é oriunda, principalmente, do fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica, reconhecidos quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensurados de forma confiável, o que geralmente ocorre no ato da entrega da energia e/ou quando o serviço é prestado. As receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica são mensuradas de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e as tarifas vigentes. O processo ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao consumidor, relacionada ao fornecimento de energia elétrica e à disponibilidade da rede elétrica, calculada em base estimada, até a data do balanço, utilizando determinadas premissas definidas pela Companhia.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 460 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos valores, bem como pelo uso intensivo de sistemas automatizados para processar e registrar a receita de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica.

Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento das receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica incluíram, dentre outros: (a) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento das receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica; (b) avaliação do desenho e implementação e teste de efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados ao reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica; (c) envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados para o reconhecimento das receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica; (d) procedimentos analíticos que compreendem análises da correlação de variáveis sobre a ocorrência, a integridade e a exatidão das receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica reconhecidas pela Companhia, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (e) teste de transações sobre população com características de interesse relevante para fins de auditoria na receita, em base amostral, comparando os valores reconhecidos com os documentos suporte; (f) avaliação se as premissas utilizadas no cálculo da receita não faturada de fornecimento de energia e de disponibilidade da rede elétrica foram aplicadas de forma apropriada e estão consistentes, especificamente ao volume de energia não faturado, incluindo uma análise independente; e (g) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Infraestrutura de distribuição de energia elétrica

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3, nº 12 e nº 13 às demonstrações financeiras, os investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são registrados como ativo contratual durante a fase de construção, seguindo o pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e, quando da entrada em operação, os valores são bifurcados, conforme interpretação técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, entre ativo financeiro, relativo à parcela da infraestrutura que não será amortizada até o final da concessão e para a qual há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e ativo intangível, correspondente à parcela da infraestrutura que será recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão.

Em virtude da complexidade dos conceitos envolvidos na aplicação dessas normas, do julgamento inerente ao processo de mensuração e dos montantes envolvidos, os quais fazem parte do critério utilizado pelo poder concedente para a determinação das tarifas de energia elétrica, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (a) a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes relacionados à mensuração e registro dos ativos de infraestrutura da distribuição; (b) o exame, em base amostral, dos documentos comprobatórios das adições ocorridas no exercício; (c) o exame, em base amostral, do status das obras em andamento e avaliação dos prazos para unitização, bem como a sua recuperabilidade; (d) o desenvolvimento de expectativa independente utilizando índices obtidos de forma independente para a mensuração do valor justo do ativo financeiro da concessão, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (e) o desenvolvimento de expectativa independente sobre o saldo de amortização dos ativos intangíveis da concessão considerando as taxas de amortização aplicáveis; (f) o exame, em base amostral, da bifurcação do ativo contratual entre intangível e ativo financeiro da concessão; e (g) a avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente.

Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificados ajustes imateriais não corrigidos pela Administração da Companhia, que resultaram em deficiências nos controles internos relacionadas ao processo de acompanhamento e monitoramento das obras em andamento. Em razão disso, planejamos nossos procedimentos substantivos alterando sua natureza e sua extensão para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto ao saldo do ativo contratual da Companhia.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o julgamento inerente ao processo de mensuração e os saldos relacionados à infraestrutura de distribuição de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ



Jônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)



	Notas	2025	2024
Receita operacional, líquida	3	18.380	16.529
Custos		(13.002)	(11.563)
Custos com energia elétrica	4	(7.582)	(6.912)
Custos de construção	5	(3.575)	(2.843)
Custos de operação	6	(1.845)	(1.808)
Lucro bruto		5.378	4.966
Perdas de créditos esperadas	10.2	(194)	(190)
Despesas com vendas	6	(171)	(100)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	6	(793)	(701)
Lucro operacional		4.220	3.975
Resultado financeiro	7	(2.122)	(1.769)
Receitas financeiras		319	259
Despesas financeiras		(2.273)	(1.774)
Outros resultados financeiros, líquidos		(168)	(254)
Lucro antes dos tributos		2.098	2.206
Tributos sobre o lucro	8.1.1	(144)	(398)
Corrente		129	(121)
Diferido		(273)	(277)
Lucro líquido do exercício		1.954	1.808
Lucro básico e diluído por ação – R\$	19.2 (a)		
Ordinária		7,23	6,69
Preferencial A		7,23	6,69
Preferencial B		7,95	7,35

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhões de reais)



	2025	2024
Lucro líquido do exercício	1.954	1.808
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Obrigações com benefícios à empregados	(37)	47
Hedge de fluxo de caixa	(2)	3
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	12	(16)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	(27)	34
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	51	(15)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(16)	4
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	35	(11)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	8	23
Resultado abrangente do exercício	1.962	1.831

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhões de reais)



	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.954	1.808
Ajustado por:		
Depreciação e amortização (*)	1.060	966
Baixa de ativos não circulantes	71	52
Tributos sobre o lucro (nota 8.1.1)	144	398
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	2.122	1.769
Valor de reposição estimado da concessão (nota 3)	(869)	(754)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(48)	(69)
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	283	(11)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(94)	(94)
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	(531)	284
Outros tributos a recolher e encargos setoriais, líquidos	(128)	(17)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(152)	(114)
Outros ativos e passivos, líquidos	(408)	(106)
Caixa gerado nas operações	3.404	4.112
Encargos de dívidas pagos (nota 15.2 (c))	(1.442)	(1.123)
Instrumentos derivativos pagos, líquidos (nota 15.3 (b))	(299)	(255)
Renda de aplicações financeiras (nota 7)	166	131
Juros pagos - Arrendamentos	(7)	(6)
Tributos sobre o lucro pagos	(51)	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais	1.771	2.859
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Concessão serviço público (Ativo contratual)	(3.928)	(2.948)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(556)	(169)
Resgate de títulos e valores mobiliários	307	160
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(4.177)	(2.957)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	6.842	3.702
Pagamento dos custos de captação (nota 15.2 (c))	(249)	(16)
Amortização de principal dos empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	(2.413)	(2.612)
Depósitos em garantias	(14)	(2)
Obrigações especiais	388	171
Pagamento de principal - Arrendamentos	(17)	(15)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos (nota 15.3 (b))	229	150
Remuneração paga aos acionistas (nota 19.2 (b))	(1.530)	(711)
Caixa gerado nas atividades de financiamentos	3.236	667
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	830	569
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.525	956
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.355	1.525
Transações que não envolveram caixa:		
Encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	64	43
Arrendamentos capitalizados	15	24
Adições de obrigações especiais - incorporadas por meio de doações de bens	5	2

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhões de reais)



	Notas	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	2.355	1.525
Contas a receber de clientes e outros	10	3.625	3.451
Títulos e valores mobiliários		285	29
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	59	311
Tributos sobre o lucro a recuperar	8.1.3	49	-
Outros tributos a recuperar	8.2.1	655	606
Outros ativos circulantes		595	424
Total do circulante		7.623	6.346
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	10	169	178
Títulos e valores mobiliários		64	58
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	173	399
Tributos sobre o lucro a recuperar	8.1.3	241	93
Outros tributos a recuperar	8.2.1	873	1.023
Depósitos judiciais	16.1 (c)	944	798
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12.1	20.867	17.709
Concessão do serviço público (ativo contratual)	12.2	3.353	2.335
Outros ativos não circulantes		23	26
Direito de uso		43	45
Imobilizado		-	1
Intangível	13	1.488	2.272
Total do não circulante		28.238	24.937
Total do ativo		35.861	31.283

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhões de reais)



	Notas	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	14	1.593	1.276
Empréstimos e financiamentos	15.2	2.374	2.642
Passivo de arrendamento		16	18
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	141	65
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	310	358
Tributos sobre o lucro a recolher	8.1.3	26	51
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	82	435
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.2.2	438	361
Ressarcimento à consumidores - Tributos federais	8.3	316	316
Dividendos e juros sobre capital próprio	19.2 (b)	116	181
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	147	180
Outros passivos circulantes	17	825	790
Total do circulante		6.384	6.673
Não circulante			
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	14	85	76
Empréstimos e financiamentos	15.2	17.934	13.667
Passivo de arrendamento		32	32
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	265	195
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.2.2	95	96
Tributos sobre o lucro diferidos	8.1.2	1.096	819
Ressarcimento à consumidores - Tributos federais	8.3	470	706
Imposto corrente passivo longo prazo	8.1.4	1	-
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	319	283
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	793	719
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	395	488
Outros passivos não circulantes	17	144	105
Total do não circulante		21.629	17.186
Patrimônio líquido		7.848	7.424
Total do passivo e do patrimônio líquido		35.861	31.283

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhões de reais)



	Capital Social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
				Reserva legal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.988	356	(376)	562	2.129	1.765	-	-	7.424
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.954	-	1.954
Outros resultados abrangentes	-	-	8	-	-	-	-	-	8
Destinação do lucro líquido:									
Constituição de reservas de Lucros	-	-	-	-	(150)	566	(416)	-	-
Remuneração aos acionistas (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	(1.538)	-	(1.538)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.988	356	(368)	562	1.979	2.331	-	-	7.848
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.988	356	(399)	472	1.898	700	-	422	6.437
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.808	-	1.808
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	(422)	(422)
Outros resultados abrangentes	-	-	23	-	-	-	-	-	23
Destinação do lucro líquido:									
Constituição de reservas de Lucros	-	-	-	90	231	1.065	(1.386)	-	-
Remuneração aos acionistas (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	(422)	-	(422)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.988	356	(376)	562	2.129	1.765	-	-	7.424

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhões de reais)



	2025	2024
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	24.458	22.067
Outras receitas (*)	157	168
Perdas de créditos esperadas	(194)	(190)
Subtotal	24.421	22.045
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos de produtos, mercadorias e serviços vendidos (*)	(8.302)	(7.571)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (*)	(4.240)	(3.509)
Baixa de ativos não circulantes, líquidos	(108)	(80)
Subtotal	(12.650)	(11.160)
Valor adicionado bruto	11.771	10.885
Depreciação e amortização (*)	(1.060)	(967)
Valor adicionado líquido produzido	10.711	9.918
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras (*)	2.179	1.836
Subtotal	2.179	1.836
Valor adicionado total a distribuir	12.890	11.754
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	606	590
Benefícios	298	275
FGTS	38	36
Subtotal	942	901
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	2.840	2.577
Estaduais	2.783	2.811
Municipais	27	27
Subtotal	5.650	5.415
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	4.340	3.630
Aluguéis (*)	4	-
Subtotal	4.344	3.630
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre o capital próprio	492	332
Dividendos	1.046	90
Lucros retidos	416	1.386
Subtotal	1.954	1.808
Valor adicionado distribuído	12.890	11.754

(*)Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – NEOENERGIA COELBA (Companhia), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Salvador – Bahia – Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, controlada pela NEOENERGIA S/A (NEOENERGIA). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 municípios do Estado da Bahia, abrangendo uma área de concessão de 563 mil km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão nº 10 com vencimento em 2027.

Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado da Bahia, desde 2002.

1.1 Gestão de riscos

As Diretrizes e Limites de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração em abril de 2025, compostas pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos Corporativos e pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos de distribuição de energia elétrica, que estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto à Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores da Companhia.

O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

1.1.1 Riscos financeiros e mercado

As Diretrizes e Limites de Riscos Financeiros se aplicam a todos os negócios que integram a Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins de proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas da Neoenergia e suas controladas.

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; e
- A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' ou 'alavancados'.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de swap e a termo
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Passivos atuariais, empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, ao CDI	Operações de swap, gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de commodities metálicas e energia elétrica, e outros produtos	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das Diretrizes de Riscos Financeiros e de Crédito.

Risco de taxa de câmbio

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2025, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 21.7.

Risco de taxas de juros e índices de preços

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preços, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externo (ex: CDI, TJLP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros da dívida, rendimentos das aplicações financeiras e as receitas tarifárias das concessões que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

A Companhia monitora continuamente as taxas de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas na nota 21.7.

Risco de preço de *commodities*

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais.

Commodities metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de infraestrutura, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia.

Commodities energéticas – Energia elétrica: os preços das *commodities* energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia elétrica como demanda e oferta, hidrologia, gás, recursos eólicos e solares, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de *commodities* energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor. A gestão do risco de preço de energia é realizada na análise da sobrecontratação de energia das distribuidoras, na cobertura de lastro da energia comercializada e na venda da energia ao cliente final.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos.

A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Companhia gerencia o risco de liquidez alocando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (nota 15), além da capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (nota 15).

Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

1.1.2 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

O risco da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites.

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Diretriz de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (*rating*).

É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2025.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	-	AAA
Banco do Nordeste	AA	AAA	AAA
Banco Pine	A	A+	-
Bank of America	-	-	AAA
BNDES	AAA	AAA	AAA
BNP Paribas	-	-	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Caixa Econômica Federal	AAA	AAA	AAA
Citibank	-	-	AAA
Goldman Sachs	-	-	AAA
HSBC	-	AAA	-
Itaú	AAA	-	AAA
JP Morgan	-	AAA	-
Mitsubishi UFJ ⁽¹⁾	A	A	A
Morgan Stanley	-	AAA	-
Safra	AAA	-	-
Santander	AAA	AAA	-
Scotiabank	AAA	-	-
Sumitomo Mitsui	-	AAA	AAA
Votorantim	AA+	-	AAA

(1) Mitsubishi Bank - MUFG possui *rating* somente em escala global.

1.1.3 Risco regulatório

Ambiente Regulatório

A Companhia está sujeita a aplicação de penalidades regulatórias caso ocorra descumprimento das obrigações inseridas nas cláusulas do contrato de concessão e nas resoluções emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Os procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e as diretrizes gerais da fiscalização da Agência, estão previstos na Resolução Normativa nº 846/2019, podendo a multa atingir até 2% da receita operacional líquida da Companhia, a depender da infração cometida.

Equilíbrio econômico-financeiro das concessões

Conforme definido na Lei nº 8.987/1995, o equilíbrio da concessão ocorre quando atendidas as condições previstas no contrato de concessão. No contrato foram estabelecidos os mecanismos de alteração das tarifas, que são o reajuste tarifário anual, a revisão tarifária periódica e a revisão tarifária extraordinária.

Para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, a ANEEL calcula e autoriza a aplicação de novas tarifas, resultantes de revisão ou de reajuste, nas condições do respectivo contrato.

Nos processos tarifários, são apurados pela ANEEL os valores das CVA's (Conta de compensação de variação de valores de itens da Parcela A) que cobrem a parte econômica das diferenças de preços da Parcela A (energia, transporte e encargos setoriais), frente a cobertura tarifária estabelecida pela ANEEL no processo tarifário anterior. Havendo possibilidade de desequilíbrio, está previsto também no contrato de concessão o direito à uma RTE (Revisão Tarifária Extraordinária). Porém, o reconhecimento de algum desequilíbrio e a realização da RTE depende do atendimento a uma série de requisitos previstos no PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária).

O serviço de distribuição é regulado pelo modelo de Price Cap (caracterizado pela regulação por incentivo) baseado em regras econômicas (custos operacionais eficientes, remuneração adequada, entre outras) definidas na revisão tarifária e atualizadas nos reajustes tarifários cuja finalidade é reproduzir no desempenho das empresas reguladas os resultados que seriam obtidos em mercados competitivos, destacando a eficiência na prestação e na gestão do serviço. Dessa forma, tais riscos relacionados à eficiência na prestação e na gestão do serviço são assumidos pelas distribuidoras. Adicionalmente, as variações de mercado também são riscos das distribuidoras.

A ANEEL, no exercício de suas funções, possui poder discricionário na definição e aferição dos parâmetros que são utilizados para a definição das tarifas, tais como: níveis regulatórios dos custos operacionais, taxa de remuneração do capital (WACC), Fator X, Base de Remuneração, Índice de Perdas, Indicadores de Qualidade e Eficiência do Fornecimento, dentre outros. Esses parâmetros podem ter suas metodologias revistas ou serem definidos em patamares desfavoráveis para a Companhia, afetando negativamente as receitas originalmente previstas.

Indicadores de sustentabilidade econômica e financeira

As Distribuidoras devem preservar, seja por previsão específica em seus Contratos de Concessão ou pelas disposições gerais do Anexo VIII da Resolução Normativa nº 948/2021, esta última com vigência desde 2022, as condições de Sustentabilidade Econômica e Financeira na eficiência da gestão de seus custos, endividamento, investimentos, além da responsabilidade no pagamento de tributos e na distribuição de proventos.

Tal condição é mensurada anualmente pela ANEEL por meio de indicadores baseados na Dívida Líquida regulatória, no EBITDA ajustado por parâmetros regulatórios, na quota de reintegração regulatória e no nível da taxa de juros SELIC. O descumprimento desses indicadores pode levar à regime de restrições na celebração de negócios entre partes relacionadas, limitação do pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, necessidade de aporte de capital pelos sócios controladores e, em casos de reincidência ou descumprimento de metas específicas, abertura do processo administrativo punitivo voltado à aplicação da caducidade da concessão.

Os indicadores de sustentabilidade são apurados a partir dos dados econômico-financeiros referenciados da Contabilidade Regulatória, disponíveis para avaliação. Até o momento, a Companhia vem cumprindo todos os indicadores relevantes.

Indicadores de continuidade do fornecimento

A ANEEL acompanha a eficiência com relação à continuidade do fornecimento das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo mensurado mediante a apuração, a cada ano civil, dos indicadores de continuidade coletivos DEC - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora. Ocorrendo descumprimento dos limites regulatórios, o regulador pode tornar obrigatória a apresentação de um plano de resultados, em caso de descumprimento do indicador no primeiro ano, limitar o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, em caso de descumprimento por dois anos consecutivos ou por três anos dentro dos últimos cinco anos de apuração. Em caso de reincidência, o regulador também pode abrir processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão.

1.1.4 Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada
Terrorismo	01/06/2025 a 01/06/2026	R\$ 627
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2025 a 31/05/2026	R\$ 36
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2025 a 31/05/2027	R\$ 10
Veículos - Executivo	31/05/2024 a 31/05/2026	100% FIPE
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2025 a 31/05/2026	R\$ 1.864
Veículos - Operacional	31/05/2024 a 31/05/2026	R\$ 1
Transporte	08/10/2024 a 08/10/2026	R\$ 2
D&O	23/08/2025 a 23/08/2026	R\$ 150
Equipamento	26/12/2025 a 26/12/2026	R\$ Valor equipamento
Cibersegurança	31/05/2025 a 31/05/2026	R\$ 32

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia (demonstrações financeiras) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 11 de fevereiro de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

2.3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas a estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis materiais são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações relacionadas na nota 2.5.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

Notas	Estimativas e julgamentos significativos
3.1	Receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados
8.1	Tributos sobre o lucro diferidos
10.2	Perdas de créditos esperadas
11	Ativos e passivos financeiros setoriais
12	Concessão do serviço público (ativo financeiro e ativo contratual)
14	Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros
15.3	Instrumentos financeiros derivativos
16.1	Provisão para processos judiciais
18.1	Obrigações com benefícios de aposentadoria

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/ OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO).	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva

A Companhia não identificou impactos relevantes na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2026

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes; e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança ('ASG' ou 'ESG').	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

A Companhia espera impactos substanciais na apresentação da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este normativo em suas demonstrações financeiras.

Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

Adicionalmente, em 31 de março de 2025, a CVM publicou a Resolução nº 227, que determina que as companhias abertas passem a elaborar e divulgar, de forma separada, um relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Esse relatório deverá observar os padrões internacionais estabelecidos nas normas IFRS S1 e IFRS S2, emitidas pelo *International Sustainability Standards Board* (ISSB). Essas normas foram traduzidas e emitidas no Brasil pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), sob os Pronunciamentos CBPS 01 e CBPS 02.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2025	2024
Fornecimento de energia (nota 3.1)	7.889	7.581
Disponibilidade da rede elétrica (1)	10.697	10.438
Construção de infraestrutura da concessão (nota 5)	3.575	2.843
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	401	230
Valor de reposição estimado da concessão (2)	869	754
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 3.2)	848	25
Outras receitas (nota 3.3)	179	196
Receita operacional bruta	24.458	22.067
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.4)	(6.078)	(5.538)
Receita operacional, líquida	18.380	16.529

- (1) A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) refere-se basicamente a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição, para consumidores cativos R\$ 9.160 (R\$ 9.119 em 31 de dezembro de 2024) e livres R\$ 1.537 (R\$ 1.319 em 31 de dezembro de 2024).
- (2) Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão, pela Base de Remuneração Regulatória (BRR).

Reajuste Tarifário Anual – IRT 2025

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou em 15 de abril de 2025, o Reajuste Tarifário Anual da Bahia – NEOENERGIA COELBA, com vigência a partir de 22 de abril de 2025, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.443/2025. O Reajuste Tarifário da Companhia trouxe um efeito médio para os consumidores de 2,05%, sendo que para os consumidores da alta tensão, um efeito médio em 2,53%, enquanto para os da baixa tensão, em 1,88%.

3.1 Fornecimento de energia elétrica

	GWh (*)		R\$	
	2025	2024	2025	2024
Residencial	8.022	8.132	7.686	7.879
Comercial	2.134	2.566	2.716	2.976
Industrial	254	457	550	678
Rural	2.755	2.528	1.424	1.286
Poder público	915	908	983	920
Iluminação pública	1.030	1.041	538	512
Serviços públicos	356	582	205	331
Consumo próprio	21	21	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	80	78
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica (1)	-	-	(8.901)	(9.001)
Subvenções e subsídios governamentais (2)	-	-	2.608	1.922
Total	15.486	16.235	7.889	7.581

(*) Não auditado.

- (1) Receitas referentes a disponibilidade de infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, reajustadas a partir de 22 de abril de 2025, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.443/2025.
- (2) A Lei nº 12.783/2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE, sendo: (i) R\$ 926 (R\$ 598 em 31 de dezembro de 2024) referente à subvenção baixa renda; (ii) R\$ 1.616 (R\$ 1.203 em 31 de dezembro de 2024) referente à subvenção CDE; (iii) R\$ 54 (R\$ 53 em 31 de dezembro de 2024) referente à subvenção CCRBT; e (iv) R\$ 12 (R\$ 68 em 31 de dezembro de 2024) referente à subvenção modicidade Eletrobrás.

3.2 Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais

	2025	2024
CVA e neutralidade		
Energia (1)	576	119
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (2)	(120)	93
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (3)	154	(70)
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST (4)	(18)	(178)
Neutralidade de encargos setoriais (5)	39	11
PROINFA (6)	6	2
	637	(23)
Componentes financeiros e subsídios		
Repasse de sobrecontratação (7)	(64)	(213)
Risco hidrológico (8)	17	2
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo (9)	(134)	(138)
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (10)	292	356
Modicidade Eletrobrás (11)	8	90
Bandeira escassez hídrica (12)	-	(174)
Neutralidade PIS/COFINS (13)	(8)	(19)
MMGD s/ Perdas Não Técnicas (14)	(32)	32
RTE COVID (nota 11)	-	122
Financeiro CDE GD (15)	95	-
Outros	37	(10)
	211	48
Total	848	25

- (1) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o aumento das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, resultando em um aumento da CVA a receber neste período, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários da Companhia em 2024 e 2025;
- (2) CVA passiva, decorrente da constituição das diferenças a menor entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários da Companhia em 2024 e 2025;
- (3) CVA ativa, em função dos valores de quotas mensais das Contas de Desenvolvimento Energético – CDE, relativas às competências de janeiro a dezembro de 2025, a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição, resultando em um efeito de repasse na tarifa;
- (4) CVA passiva, decorrente da constituição das diferenças a menor entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, em função da REH nº 3.482/2025, com vigência a partir de 1º de julho de 2025 até 30 de junho de 2026, que estabeleceu o reajuste das tarifas de uso do sistema de transmissão, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários da Companhia em 2024 e 2025;
- (5) CVA ativa, referente ao Componente Financeiro previsto no submódulo 4.4 do PRORET, calculado conforme mercado faturado e os valores contemplados do reajuste tarifário de 2025;
- (6) CVA ativa, em função da REH nº 3.422/24, que estabelece, para o ano de 2025, as quotas de custeio e as de energia elétrica referentes ao Programa de Incentiva às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição, resultando em uma CVA a receber;
- (7) A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido um valor a maior entre os períodos, decorrente da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos tarifários;

- (8) CVA ativa referente ao Componente Financeiro estabelecido pela ANEEL através do Submódulo 4.4 do PRORET, como previsão para cobertura dos riscos hidrológicos associados às usinas comprometidas com contratos de Cotas de Garantia Física (CCGF), à usina de Itaipu e às usinas hidrelétricas;
- (9) Constituição passiva, referente a Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos, conforme Submódulo 2.1 do PRORET;
- (10) Reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil - RFB. A ANEEL reconheceu, no reajuste tarifário de 2025 R\$ (292) à título de antecipação de Crédito PIS/COFINS sobre ICMS, sendo constituído pela concessionária até dezembro de 2025, e um valor ativo de R\$ 292 em contrapartida da redução da receita;
- (11) Referente ao aporte à CDE realizado pela Eletrobras com repasse às distribuidoras e destinado a modicidade tarifária, conforme a Lei nº 14.182/2021, os Despachos ANEEL nº 1.239/2024 e nº 1.536/2025, e a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários de 2024 e 2025, sendo contabilizado pela companhia um ativo de R\$ 8 em 31 de dezembro de 2025;
- (12) Foi reconhecido no processo de Reajuste Tarifário de 2023, componente financeiro positivo, correspondente à reversão dos custos relacionados à Bandeira Escassez Hídrica, considerados no reajuste anterior para fins de modicidade tarifária e mitigação das tarifas. Esse componente foi liquidado em abril de 2024;
- (13) Constituição de um passivo financeiro decorrente da neutralidade do valor de PIS/COFINS homologado no último processo tarifário com referência ao mercado faturado;
- (14) CVA passiva decorrente da constituição de componente financeiro referente aos efeitos de Micro e Mini Geração Distribuída sobre Perdas Não Técnicas, definidos na Consulta Pública nº 09 de 2024; e
- (15) CVA Constituição ativa, referente ao Financeiro CDE GD estabelecido conforme REH nº 3.484/2025.

3.3 Outras receitas

	2025	2024
Arrendamentos e aluguéis	147	135
Comissão serviços de terceiros	20	22
Renda da prestação de serviços	53	43
Serviço taxado	11	10
(-) Compensações regulatórias (I)	(54)	(17)
Outras receitas	2	3
Total	179	196

- (I) Compensação regulatória, em decorrência da Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, que prevê a compensação em casos de atraso no atendimento das solicitações de serviços, e cobranças ou suspensão indevida.

3.4 Deduções de receita bruta

	2025	2024
Tributos		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(2.780)	(2.808)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(1.615)	(1.485)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(16)	(17)
	(4.411)	(4.310)
Encargos setoriais		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(1.344)	(996)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(69)	(64)
Encargos do consumidor - PROINFA e CCRBT	(159)	(80)
Outros encargos (I)	(95)	(88)
	(1.667)	(1.228)
Total	(6.078)	(5.538)

(I) Consideram os seguintes encargos: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT, Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica - TFSEE.

3.5 Política contábil material e julgamentos críticos

a) Política contábil material

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido ao cliente e pode ser mensurada de forma confiável, o que geralmente ocorre no momento da entrega do produto ou da prestação do serviço. A mensuração é realizada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, considerando estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou itens similares.

A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada conforme o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia consumida pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A Companhia comercializa energia elétrica em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), cuja negociação é direta entre as partes por meio de contratos bilaterais, com preços e condições livremente pactuados; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), onde há comercialização para agentes distribuidores, conforme regras regulatórias aplicáveis.

A receita de disponibilidade da rede elétrica é mensurada pela contraprestação recebida dos clientes (livres e cativos) pelo uso do sistema e o valor da contraprestação tem como característica o vínculo com a TUSD, conforme definido pelo Poder Concedente.

A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidos entre o cliente e a Companhia, geralmente refletindo o percentual de obra completada para o qual existe baixa probabilidade de reversão do valor devido pelo cliente, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo são reconhecidos no momento da transação, sendo o preço vinculado ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Estimativas e julgamentos críticos

A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês, a energia injetada e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita de construção de infraestrutura da concessão, considerando o modelo regulatório vigente, não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão. Dessa forma, a margem de obrigação de desempenho é zero (0%).

Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do *Generation Scaling Factor* (GSF) de acordo com as informações disponibilizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh (*)		R\$	
	2025	2024	2025	2024
Compra para revenda				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR (1)	16.191	14.992	(4.082)	(3.311)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP (2)	-	-	(813)	(484)
Energia curto prazo - PLD e MRE (3)	180	286	(40)	(139)
Contratos por cotas de garantia física (4)	2.803	3.253	(550)	(571)
Energia adquirida contrato bilateral (5)	1.612	1.827	(583)	(637)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	694	701	(216)	(242)
Energia MMGD (nota 17)	405	534	(2)	(135)
Outros	361	364	(191)	(154)
Subtotal	22.246	21.423	(6.477)	(5.673)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	551	482
Total	22.246	21.423	(5.926)	(5.191)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão				
Encargos de rede básica			(1.328)	(1.304)
Encargos de conexão			(108)	(102)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (6)			46	(72)
Encargo de Energia de Reserva - EER (7)			(390)	(401)
Outros encargos			(45)	(19)
Subtotal			(1.825)	(1.898)
Créditos de PIS e COFINS			169	177
Total			(1.656)	(1.721)
Total dos custos com energia elétrica			(7.582)	(6.912)

(*) Não auditado.

PLD - Preço de Liquidação de Diferenças.

MRE - Mecanismo de Realocação de Energia.

- (1) A variação do custo de energia adquirida no ACR é decorrente do início de novos contratos do 30º Leilão de Energia Nova e reajustes das tarifas (R\$/MWh) dos geradores a partir de 22 de abril de 2025;
- (2) A variação é decorrente do aumento do PLD médio do NE de 2025 (176,60 R\$/MWh), comparado com o mesmo período de 2024 (118,33 R\$/MWh), impactando no risco hidrológico e custos com disponibilidade (condomínio virtual);
- (3) Redução decorrente de ajustes financeiros de recontabilizações de meses anteriores;
- (4) A redução é decorrente da descotização da Eletrobras, conforme PRT nº 544/GM/MME, de 30 de agosto de 2021, além disto teve redução no Fator de Cotas de 2025 (REH nº 3.150, de 09 de dezembro de 2022) em relação a 2024;
- (5) A redução é decorrente do término da vigência do contrato da Termopernambuco (14 de maio de 2024);
- (6) Redução do custo com ESS Brasil devido as contabilizações dos meses de março e abril/2025, em que a CCEE apontou a existência de um excedente financeiro no setor elétrico. Esse saldo positivo foi gerado, principalmente, pela diferença do PLD entre os submercados, o que possibilitou o alívio financeiro para os agentes com perfil consumo (distribuidoras). O excedente contribuiu para mitigar exposições financeiras negativas e encargos nos referidos meses. Além disso, permitiu a cobertura integral do alívio retroativo. O valor total do crédito referente a esse alívio foi de aproximadamente R\$ 1.483 distribuído proporcionalmente entre os agentes com base no consumo de cada um; e
- (7) Redução no custo de Encargo de Energia de Reserva em função do aumento do PLD em 2025, comparado com 2024.

5. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2025	2024
Pessoal	(218)	(215)
Material	(1.724)	(1.234)
Serviços de terceiros	(1.895)	(1.475)
Juros sobre obras em andamento	(63)	(43)
Outros	(60)	(45)
Obrigações especiais	385	169
Total	(3.575)	(2.843)

6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2025		
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas
Pessoal e benefícios a empregados (nota 6.1)	(380)	(142)	(310)
Administradores	-	-	(5)
Serviços de terceiros (nota 6.2)	(506)	(28)	(180)
Depreciação e amortização (nota 6.3)	(888)	-	(137)
Provisão para processos judiciais	-	-	(107)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(11)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.4)	(71)	(1)	(43)
Total	(1.845)	(171)	(793)

	2024			
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados (nota 6.1)	(435)	(75)	(279)	(789)
Administradores	-	-	(6)	(6)
Serviços de terceiros (nota 6.2)	(474)	(22)	(169)	(665)
Depreciação e amortização (nota 6.3)	(821)	-	(115)	(936)
Provisão para processos judiciais	-	-	(90)	(90)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(10)	(10)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.4)	(78)	(3)	(32)	(113)
Total	(1.808)	(100)	(701)	(2.609)

6.1 Pessoal e benefícios a empregados

	2025	2024
Remunerações	(381)	(362)
Encargos sociais	(174)	(166)
Auxílio alimentação	(99)	(97)
Convênio assistencial e outros benefícios (1)	(66)	(57)
Provisão para férias e 13º salário	(95)	(96)
Plano de saúde	(132)	(122)
Participação nos resultados	(97)	(110)
(-) Transferências para ordens (2)	240	236
Outros	(28)	(15)
Total	(832)	(789)

- (1) Inclui benefícios pós-emprego e outros benefícios; e
(2) Transferência do custo de mão de obra própria para projetos.

6.2 Serviços de terceiros

	2025	2024
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	(162)	(156)
Agente arrecadador e credenciado	(28)	(34)
Corte, ligação e religação	(72)	(66)
Atendimento e teleatendimento	(61)	(57)
Serviços técnicos e manutenções	(88)	(87)
Poda de árvore e limpeza faixa	(40)	(34)
Cobrança adm. e negativação	(9)	(8)
Inspeção técnica e perícia	(2)	(2)
Tecnologia da informação	(82)	(80)
Serviços jurídicos	(28)	(28)
Consultoria e auditoria	(3)	(4)
Comunicação	(4)	(4)
Encerramento de ordem – Custo serviço prestado	(44)	(40)
Vigilância	(8)	(8)
Outros serviços	(89)	(63)
Subtotal	(720)	(671)
Crédito PIS/COFINS	6	6
Total	(714)	(665)

6.3 Depreciação e amortização

	2025	2024
Quota de depreciação e amortização	(1.053)	(954)
Baixa do valor residual de ativos intangíveis	(7)	(12)
Quota bens de renda	-	(1)
Subtotal	(1.060)	(967)
Crédito PIS/COFINS	35	31
Total	(1.025)	(936)

6.4 Outras receitas e despesas, líquidas

	2025	2024
Seguros	(6)	(7)
Despesas de viagem	-	(19)
Propaganda e publicidade	(14)	(24)
Multa inadimplência/contratual	117	125
Perdas/alienação/desativação	(85)	(67)
Material	(121)	(115)
Outros	(6)	(6)
Total	(115)	(113)

7. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	166	131
(-) Tributos sobre receita financeira	(24)	(18)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	117	116
Atualização de depósitos judiciais	50	18
Outras receitas financeiras	10	12
	319	259
Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida (1)	(1.747)	(1.333)
Benefícios pós emprego e outros benefícios	(95)	(78)
Atualização do passivo financeiro setorial	(85)	(59)
Atualização de provisões para processos judiciais	(59)	(71)
Outras despesas financeiras	(287)	(233)
	(2.273)	(1.774)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (2)	(513)	(1.151)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (2)	1.035	410
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b)) (2)	(1.368)	(539)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b)) (2)	625	1.048
Perdas com variações cambiais e monetárias	(123)	(123)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	176	101
	(168)	(254)
Resultado financeiro líquido	(2.122)	(1.769)

(1) Inclui os encargos incorridos sobre as operações de empréstimos, financiamentos e debêntures e foi impactada pelo aumento do volume da dívida; e

- (2) Redução cambial em comparação aos doze meses do ano passado, período que houve aumento cambial, gerando receita nas variações cambiais dos empréstimos e financiamentos e, conseqüentemente despesa nos derivativos.

8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES

8.1 Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%).

8.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	2.098	2.206
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(713)	(750)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	167	113
Incentivos fiscais	78	240
Atualização SELIC indêbitos tributários (I)	328	-
Outras adições (reversões) permanentes	(4)	(I)
Tributos sobre o lucro	(144)	(398)
Alíquota efetiva	7%	18%
Corrente	129	(121)
Diferido	(273)	(277)

- (I) A Companhia havia concluído pelo não reconhecimento de créditos fiscais de IRPJ e CSLL referentes à atualização monetária de indêbitos tributários relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Porém, no ano-calendário de 2025, a Administração reavaliou entendimento em função de mudança na interpretação de fatos e circunstâncias jurídico-tributárias, resultando no reconhecimento de créditos tributários de IRPJ e CSLL

8.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais, se houver, e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2025	2024
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	113	-
Mais-valia e Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL)	10	20
Diferenças temporárias:		
Obrigações com benefícios correntes e pós-emprego	281	272
Provisão para processos judiciais	144	144
Perdas de créditos esperadas - contas a receber	83	81
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	44	47
Arrendamentos capitalizados	2	2
Mais-valia vinculada ao imobilizado e intangível	69	63
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	31	38
Valor justo de ativos financeiros indenizáveis	(1.748)	(1.453)
Capitalização de juros de dívida	(116)	(84)
Valor justo de instrumentos financeiros	(31)	33
Outros	22	18
Total passivo não circulante	(1.096)	(819)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(819)
Efeitos reconhecidos no resultado	114	(387)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	-	(4)
Transferências entre ativos e passivos	(114)	114
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	(1.096)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(530)
Efeitos reconhecidos no resultado	-	(277)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	-	(12)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(819)

8.1.3 Tributos sobre o lucro a recuperar/recolher

	2025	2024
IRPJ	125	89
CSLL	165	4
Total ativo	290	93
Circulante	49	-
Não circulante	241	93
	2025	2024
IRPJ	15	15
CSLL	12	36
Total passivo	27	51
Circulante	26	51
Não circulante	1	-

8.1.4 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui o montante de R\$ 1 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024), reconhecidos na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas registradas no passivo não circulante.

Em 2025, a Companhia constituiu créditos tributários referentes à atualização monetária de indébitos fiscais, em decorrência de mudança na interpretação de fatos e circunstâncias jurídico-tributárias. Essa alteração resultou no reconhecimento de créditos tributários no montante atualizado de R\$ 332.

O procedimento adotado pela Companhia encontra respaldo em decisões proferidas pelos tribunais superiores. A Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, entende que é provável o tratamento tributário seja aceito pelas autoridades competentes.

Além das incertezas tributárias no tratamento dos tributos sobre o lucro que foram reconhecidos, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui o montante de R\$ 821 (R\$ 794 em 31 de dezembro de 2024), referente a tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico da Companhia, suportada pelos assessores jurídicos, é que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, quando necessário.

As principais naturezas estão relacionadas abaixo, como seguem:

- (i) Não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 668 (R\$ 652 em 31 de dezembro de 2024).
- (ii) Processos administrativos oriundos da não homologação de pedido de compensações realizados através de direitos creditórios de IRPJ e CSLL, totalizando o montante de R\$ 33 (R\$ 30 em 31 de dezembro de 2024).

8.1.5 Benefício fiscal – Mais-valia e PMIPL

O benefício fiscal da Mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a Mais-valia de aquisição de empresa incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da Mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída a Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido - PMIPL, cujos saldos são como seguem:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	20	31
Amortização	(30)	(32)
Reversão	20	21
Saldo final do exercício	10	20

A amortização da Mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, consequentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. A Mais-valia está sendo amortizada mensalmente pelo período remanescente de exploração da concessão/autorização, conforme impactos monetários abaixo:

2026
10

8.1.6 Política contábil material e julgamentos críticos

a) Política contábil material

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base nas alíquotas vigentes no Brasil e reconhecidos considerando as diferenças temporárias entre os valores contábeis e as bases fiscais dos ativos e passivos, bem como os prejuízos fiscais apurados. Ativos e passivos fiscais são compensados quando existe direito legalmente exequível para tal compensação e quando ambos se referem à mesma autoridade fiscal e à mesma entidade tributável. A apuração do imposto de renda é positivamente influenciada pelos incentivos fiscais da SUDENE (região Nordeste), que concedem redução de até 75% do IRPJ, calculada sobre o lucro da exploração.

Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

O benefício fiscal decorrente de mais-valia e ágio (*goodwill*) incorporados em processo de reorganização societária são reconhecidos como tributos diferidos, em virtude da natureza do benefício fiscal intrínseco e por melhor representar a fruição dos benefícios de caixa gerado pela transação em favor da Companhia.

b) Estimativas e julgamentos críticos

É necessário julgamento crítico para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; e (ii) premissas externas sobre os cenários macroeconômicos, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário.

Essas premissas são elaboradas e fundamentadas pela Administração, considerando os cenários econômicos, comerciais e tributários, e estão sujeitos a alterações.

A Companhia também aplica julgamento crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

8.2 Outros tributos

8.2.1 Outros tributos a recuperar

	2025	2024
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	629	524
Programa de Integração Social - PIS	139	180
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	734	923
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	23	-
Outros	3	2
Total	1.528	1.629
Circulante	655	606
Não circulante	873	1.023

8.2.2 Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	2025	2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	163	153
Programa de Integração Social - PIS	20	23
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	92	104
Impostos e contribuições retidos na fonte	46	40
Outros	61	13
Outros tributos a recolher	382	333
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	46	37
Programa de Eficiência Energética - PEE	81	64
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	16	6
Outros (I)	8	17
Encargos setoriais	151	124
Total	533	457
Circulante	438	361
Não circulante	95	96

8.3 Ressarcimento à consumidores – Tributos federais

A Companhia constituiu um ativo a recuperar de PIS e de COFINS e um passivo correspondente, que está sendo integralmente repassado aos consumidores através dos processos tarifários anuais, conforme determina a Lei nº 14.385/2022.

A constitucionalidade dessa Lei foi questionada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 7.324, e acabou ratificada pelo Supremo Tribunal Federal - STF em julgamento finalizado em 14 de agosto de 2025. Foi também determinado pelo STF a observância de um prazo de 10 (dez) anos na devolução desses valores aos consumidores.

Embora o acórdão tenha sido publicado em 10 de dezembro de 2025, o STF não detalhou aspectos relevantes para a aplicação prática da decisão, tais como a forma de contagem do prazo prescricional, o marco inicial e a abrangência da irrepetibilidade de eventuais valores já compensados ou devolvidos aos consumidores em montante superior ao efetivamente devido.

Neste contexto, a Administração da Companhia, entende que precisa de maior clareza sobre os efeitos práticos e do alcance da decisão do STF, e segue acompanhando atentamente os próximos passos da ação e os decorrentes esclarecimentos das repercussões jurídicas e regulatórias relevantes geradas por esta decisão.

Diante dessa falta de clareza, não há, até o momento, base objetiva ou juridicamente consolidada que justifique a alteração das estimativas atualmente reconhecidas.

O saldo dos valores passivos constituídos na Companhia, atualizados pela taxa SELIC e descontados dos repasses já realizados, bem como a movimentação do período, estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	1.022	1.247
Atualização monetária	80	85
Pagamento	-	(2)
Compensação	(316)	(308)
Saldo final do exercício	786	1.022
Circulante	316	316
Não circulante	470	706

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	94	101
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	622	1.054
Fundos de Investimento	1.639	370
Total	2.355	1.525

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2025 é de 99,88% (99,91% em 31 de dezembro de 2024) do CDI.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

Carteira	2025	2024
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	1.638	370
CDB	1	-
Total	1.639	370

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia representam apenas veículos de propósito específico controlados pelo grupo Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2025			2024		
	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Fornecimento de energia (nota 10.1)	4.081	(1.097)	2.984	3.797	(979)	2.818
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	13	-	13	13	-	13
Disponibilidade da rede elétrica	361	(1)	360	243	(1)	242
Subvenções e subsídios governamentais	278	-	278	395	-	395
Outros recebíveis	273	(114)	159	248	(87)	161
Total	5.006	(1.212)	3.794	4.696	(1.067)	3.629
Ativo circulante			3.625			3.451
Ativo não circulante			169			178

Operações de desconto de recebíveis (sem coobrigação)

Com o propósito de fortalecer a liquidez financeira, a Companhia realizou alienação para instituições financeiras de alguns títulos creditórios (recebíveis), e sem obrigação de regresso em caso de inadimplemento financeiro ou operacional do cliente original. A Companhia é o agente de cobrança e coletor do fluxo de caixa dos recebíveis alienados, mas não possui qualquer responsabilidade nas alterações creditícias dos recebíveis, incluindo renegociações entre o cliente e a instituição financeira. Durante os exercícios de 2025 e 2024, os recebíveis alienados e integralmente baixados representam um deslocamento positivo de caixa, na média, de 37 dias.

O valor dos recebíveis alienados e respectivo fluxo de caixa recebidos das instituições financeiras estão apresentados a seguir:

	2025	2024
Subvenções e subsídios governamentais	1.233	149
Valor de face antes da alienação	1.233	149
Fluxo de caixa recebido pela alienação	1.216	147
Deságio nominal praticado	1,43%	1,06%
Taxa equivalente prefixada	15,6% a.a	12,9% a.a

O efeito do deságio é reconhecido no resultado financeiro na linha de Outras despesas financeiras, no momento da alienação.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia na função de agente de cobrança monitorava os valores a serem coletados e repassados para as instituições financeiras nos montantes de R\$ 434 e R\$ 149, respectivamente.

10.1 Fornecimento de energia

As contas a receber de fornecimento de energia elétrica compreendem os recebíveis oriundos da distribuição, geração e comercialização de energia. A composição das contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

	2025		2024	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
Residencial	1.517	(650)	1.490	(590)
Comercial	672	(232)	623	(205)
Industrial	256	(71)	237	(62)
Rural	357	(120)	291	(111)
Poder público	198	(6)	171	(5)
Iluminação pública	119	(2)	113	(4)
Serviço público	167	(4)	158	(2)
Não faturado	795	(12)	714	-
Total	4.081	(1.097)	3.797	(979)

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	2025		2024	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	1.804	(32)	1.646	(30)
Saldos vencidos:	2.277	(1.065)	2.151	(949)
Entre 1 e 90 dias	595	(27)	672	(33)
Entre 91 e 180 dias	132	(30)	127	(30)
Entre 181 e 360 dias	209	(70)	195	(67)
Acima de 360 dias	1.341	(938)	1.157	(819)
Total	4.081	(1.097)	3.797	(979)

10.2 Variação das Perdas de Créditos Esperadas - PCE

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	(1.067)	(910)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(194)	(190)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	49	33
Saldo final do exercício	(1.212)	(1.067)

10.3 Política contábil material e julgamentos críticos

Política contábil material

O Contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas de créditos esperadas.

a) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia mensura as perdas de créditos esperadas para contas a receber de curto prazo utilizando matriz de perda baseada em histórico de inadimplência, ajustada por informações atuais e projeções futuras, quando aplicável. Essa abordagem considera as características específicas para o negócio de distribuição operado pela Companhia.

A Companhia utiliza a abordagem de mensuração através de uma matriz de perda esperada que considera o histórico de inadimplência dos últimos 5 anos. São considerados os históricos de forma segregada por: (i) tipo de faturamento (regular e parcelado), e (ii) classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público). Para saldos vencidos acima de 12 meses, aplica-se perda integral, exceto para grandes consumidores com cobrança judicial, cuja análise é individual, considerando efetividade das negociações e situação financeira.

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada cinco anos, em média, para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa.

Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados encontra-se demonstrada a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



	2025			2024		
	Direito	Obrigações	Efeito líquido	Direito	Obrigações	Efeito líquido
CVA e neutralidade						
Energia (nota 3.2)	382	(90)	292	-	(266)	(266)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (nota 3.2)	10	(37)	(27)	91	-	91
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	162	(4)	158	12	(51)	(39)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (nota 3.2)	75	-	75	90	-	90
Neutralidade de encargos setoriais (nota 3.2)	2	(20)	(18)	2	(58)	(56)
Outros	6	-	6	-	(2)	(2)
Componentes financeiros e subsídios						
Repasse de sobrecontratação (1)	-	(160)	(160)	30	(107)	(77)
Risco hidrológico	-	(276)	(276)	-	(277)	(277)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo (nota 3.2)	-	(577)	(577)	-	(384)	(384)
CDE Modicidade Eletrobrás (nota 3.2)	-	(13)	(13)	-	(19)	(19)
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (2)	132	(247)	(115)	8	(122)	(114)
MMGD s/ Perdas não Técnicas (nota 3.2)	-	-	-	32	-	32
RTE COVID (nota 3.2)	122	-	122	122	-	122
Financeiro CDE GD (nota 3.2)	97	-	97	-	-	-
Outros	4	(45)	(41)	6	(30)	(24)
Total	992	(1.469)	(477)	393	(1.316)	(923)
Valores homologados pela ANEEL (em reversão)	28	(499)	(349)	184	(533)	(349)
Valores a serem homologados pela ANEEL (em constituição)	964	(970)	(574)	209	(783)	(574)
Total	992	(1.469)	(477)	393	(1.316)	(923)
Passivo circulante			(82)			(435)
Passivo não circulante			(395)			(488)

- (1) Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apurou um passivo de R\$ (160), decorrente da redução da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos tarifários; e
- (2) A ANEEL autorizou, no processo de Reajuste Tarifário 2022, o uso antecipado dos valores em situações excepcionais, nos quais haja possibilidade de aumento tarifário expressivo. Posteriormente, em 27 de junho de 2022 foi publicada a Lei nº 14.385/2022, com o objetivo de disciplinar a devolução desses tributos, e que ensejou a Revisão Tarifária Extraordinária – RTE em 13 de julho de 2022. Foi reconhecido no processo de Reajuste Tarifário de 2025, a antecipação da reversão dos valores oriundos desses créditos como componente financeiro negativo, cujo diferimento para os próximos 12 meses, de abril de 2025 a março de 2026, está lastreado à expectativa de compensações futuras desses créditos junto à Receita Federal.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão estão apresentados como segue:

	Direito	Obrigações	Efeito líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024	393	(1.316)	(923)
Constituição (1)	1.262	(859)	403
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário) (2)	(90)	534	444
Atualização monetária	15	(100)	(85)
Transferências (3)	(588)	272	(316)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	992	(1.469)	(477)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.213	(1.793)	(580)
Constituição (1)	1.097	(1.171)	(74)
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário) (2)	(577)	677	100
Atualização monetária	72	(131)	(59)
Transferências (3)	(1.412)	1.102	(310)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	393	(1.316)	(923)

- (1) Em 2025, Companhia constituiu o saldo no montante R\$ 403, com destaque a CVA de sobrecontratação, em função da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos tarifários;
- (2) Em 2025, a Companhia teve um efeito líquido de R\$ 444 referente a amortização, decorrente dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2024 e 2025; e
- (3) O efeito líquido refere-se, principalmente, às reclassificações do passivo tributário para o passivo regulatório dos créditos compensados decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

11.1 Política contábil material e julgamentos críticos

a) Política contábil material

Os ativos e passivos financeiros setoriais são originados da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário (Parcela A), e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa.

Essa diferença constitui um direito incondicional de receber caixa do Poder Concedente nos casos em que os custos previstos são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e os ativos financeiros contemplam desde o seu reconhecimento inicial a expectativas de riscos de inadimplência e estimativas de glosa pelo poder concedente.

Os direitos e obrigações originados por consumidores detentores de microgeração ou minigeração distribuída que injetam energia na rede excedem a quantidade necessária para abater o próprio consumo naquele período equivale a um crédito de energia, que é reconhecido como um passivo a restituir aos consumidores durante o prazo máximo de 60 meses, findo o qual o montante não compensado deverá ser revertido para a modicidade tarifária. O efeito da energia injetada na apuração das Perdas Não Técnicas (PNT) é calculado e contabilizado como um ativo regulatório. A diferença em relação ao montante do ativo e passivo a restituir é reconhecido como custo de energia.

b) Estimativas e julgamentos críticos

O valor presente dos direitos e obrigações será liquidado no próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão, eventuais saldos não recuperados ou não repassados serão incluídos na base de indenização prevista para o encerramento da concessão, por qualquer motivo.

A Companhia, com suporte de assessores econômicos e regulatórios, revisa anualmente as premissas e expectativas de homologação pelo Poder Concedente.

Os direitos e obrigações relacionados à microgeração ou minigeração distribuída são determinados com base no preço médio de compra da energia no período de injeção na rede elétrica.

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão tem prazo de vigência de 30 anos e o contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura necessária à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

12.1 Ativo financeiro

O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo, são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual (nota 21.6 (i)). Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	17.709	14.579
Baixas	(21)	(22)
Transferência ativo contratual (1)	2.310	2.398
Ajustes a valor justo (2)	869	754
Saldo final do exercício	20.867	17.709
Ativo não circulante	20.867	17.709

(1) Transferência de parcela dos serviços de construção ou melhoria prestados à concessão, classificados anteriormente como Ativo de Contrato;

(2) A Companhia realizou a remensuração dos ativos incrementais (ativos adicionados ao sistema elétrico e contabilizado a partir da última RTP), aderente a legislação vigente pelo Submódulo 2.3 (Base de Remuneração Regulatória), PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária), com impacto de R\$ 130 em 2025. Adicionalmente, o valor justo está impactado com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

12.2 Ativo contratual

Os fluxos de caixa vinculados à fase de construção e melhoria da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho vinculada à fase de operação, são classificados como Ativos de Contrato e estão reconhecidos no ativo não circulante.

Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	2.335	2.271
Adições (1)	3.604	2.820
Baixas	(47)	(29)
Transferências - intangíveis em serviço (1)	(262)	(419)
Transferências - ativos financeiros (1)	(2.310)	(2.398)
Transferências - outros (2)	33	90
Saldo final do exercício	3.353	2.335
Custo	3.621	2.556
Obrigações especiais	(268)	(221)

(1) Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo exercício e deduzidos das obrigações especiais. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível.

(2) Transferências ocorridas entre obras/estoques/desativação.

12.3 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os contratos de concessão de serviços públicos de energia elétrica celebrados com a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição pela Companhia e estabelecem que:

De acordo com os contratos de concessão:

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:

- Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura são classificados como ativo de contrato. Os ativos de contrato são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura.

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.
- Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível (nota 13) em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado em preços atribuídos pela ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. As estimativas utilizadas consideram premissas observáveis no: (i) Banco de Preços Referenciais e Orçamento Referencial, ambos da ANEEL; e (ii) Banco de Preços da Companhia. Essas premissas podem ser significativamente diferentes das estimadas pela Administração no momento da indenização pelo Poder Concedente.

13. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	Concessão
Taxa de amortização a.a.	4,39%
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.272
Baixas	(10)
Amortização	(1.036)
Transferências - ativo contratual (I)	262
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.488
Custo	12.862
Amortização acumulada	(10.795)
Obrigações especiais	(579)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.802
Baixas	(13)
Amortização	(936)
Transferências - ativo contratual (I)	419
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.272
Custo	12.686
Amortização acumulada	(9.658)
Obrigações especiais	(756)

(I) Referem-se a direitos classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão.

13.1 Política contábil material

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2025	2024
Energia elétrica	721	581
Encargos de uso da rede	168	188
Materiais e serviços	704	507
Energia livre (1)	85	76
Total	1.678	1.352
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros (2)	1.678	1.352
Circulante	1.593	1.276
Não circulante	85	76

(1) Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição; e

(2) Inclui o programa de Antecipa Fácil.

Operações de desconto de títulos ou Risco Sacado

Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais (passivo original), não havendo postergação substancial de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

A Companhia operacionaliza essas transações da seguinte forma:

- **Plataforma Antecipa Fácil:** A plataforma, 100% digital, é gerenciada por uma empresa parceira, não parte relacionada da Companhia. O fornecedor acessa a plataforma e inclui suas faturas performadas que deseja antecipar. A Antecipa Fácil, por sua vez, aciona variadas instituições financeiras para realização de um leilão reverso e posterior definição de custo para o fornecedor e qual instituição que fará a antecipação. O pagamento do título é realizado pela Companhia para o fornecedor original em conta-bancária consignada, informada pela plataforma.

Os pagamentos dessas transações impactaram o fluxo de caixa da seguinte forma:

	2025	2024
Plataforma Antecipa Fácil	202	176
Total desembolsado	202	176
Fluxo de caixa das atividades operacionais	43	20
Fluxo de caixa das atividades de investimento	159	156

O valor das obrigações está apresentado como segue:

	2025	2024
Plataforma Antecipa Fácil	32	28
Total	32	28
Circulante	32	28
Prazo médio de pagamento	59 dias	60 dias

14.1 Política contábil material e julgamentos críticos

a) Política contábil material

Os fornecedores, contas a pagar a empreiteiro e obrigações a pagar de contratos de convênio são passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 21.5).

A Companhia avalia se cessão dos títulos altera substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o credor original. Se a cessão altera substancialmente as características qualitativas e quantitativas do passivo financeiro original (Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros), a Companhia reconhece um novo passivo financeiro ('Empréstimos e financiamentos'), e reconhece eventual ganho/perda no resultado do exercício. Se o passivo original não foi substancialmente modificado e a contraparte recebedora do pagamento foi alterada, a Companhia reconhece um novo passivo financeiro ('Obrigações a pagar de contratos de convênio').

As cessões dos títulos que não alteram substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o fornecedor são classificadas na demonstração do fluxo de caixa como atividade operacional ou de investimento, a depender substancialmente da natureza do produto ou serviço adquirido.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Para determinar se houve alteração substancial nas características qualitativas a Companhia avalia, principalmente, eventuais modificações nas garantias contratuais e/ou inclusão de cláusulas de *default* usualmente observadas em contratos de dívidas. No tocante as características quantitativas a Companhia avalia se houve modificação do prazo de pagamento superior a 3 (três) vezes o prazo usual negociado para fornecedores da mesma categoria e se houve alteração maior do que 10% no valor justo do passivo em relação às condições originais.

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

15.1 Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2025	2024
Empréstimos e financiamentos bancários	1.780	3.358
Agências de fomento	5.898	4.223
Mercado de capitais	12.630	8.728
Empréstimos e financiamentos (I)	20.308	16.309
Instrumentos derivativos de dívida (nota 15.3 (a))	174	(450)
Caixa e equivalentes de caixa (nota 9)	(2.355)	(1.525)
Títulos e valores mobiliários	(349)	(87)
Dívida líquida	17.778	14.247

- (I) Em 31 de dezembro de 2025, os empréstimos e financiamentos estão apresentados líquidos dos depósitos em garantias R\$ (18) (R\$ (4) em 31 de dezembro de 2024), nota 15.2 (a), vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses depósitos exclusivos serem para amortização dessas dívidas.

15.2 Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais, principalmente denominadas em Real brasileiro (R\$) e Dólar norte-americano (US\$).

A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	2025	2024
Denominados em R\$	16.163	12.011
Indexados a taxas flutuantes	12.704	11.282
Indexados a taxas fixas	3.459	729
Denominados em US\$	4.217	3.414
Indexados a taxas flutuantes	2.443	663
Indexados a taxas fixas	1.774	2.751
Denominados em outras moedas	251	979
Indexados a taxas fixas	251	979
	20.631	16.404
(-) Depósitos em garantias	(18)	(4)
(-) Custos de transação	(305)	(91)
	20.308	16.309
Passivo circulante	2.374	2.642
Passivo não circulante	17.934	13.667

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	2025	2024
Custo médio em % CDI (1)	81,5%	98,8%
Custo médio em taxa pré (2)	11,8%	10,7%
Saldo da dívida	20.308	16.309
Instrumentos financeiros derivativos	174	(450)
Dívida total líquida de derivativos	20.482	15.859

- (1) Custo médio em taxa pré dividido pelo CDI médio do fechamento dos últimos 12 meses; e
(2) Resultado de dívida acumulado 12 meses / Saldo médio dos últimos 13 meses da dívida bruta.

b) Fluxo de pagamentos futuros da dívida

O fluxo de pagamentos futuros da dívida de principal e juros, líquidos do efeito de instrumentos derivativos, são os seguintes:

	Principal (I)	Juros (I)	Instrumentos derivativos	Total
2026	2.164	1.843	305	4.312
2027	1.997	1.591	117	3.705
2028	2.899	1.466	92	4.457
2029	3.282	1.120	(83)	4.319
2030	2.744	923	12	3.679
Entre 2031 e 2035	9.357	2.388	(469)	11.276
Entre 2036 e 2040	813	67	(240)	640
Total	23.256	9.398	(266)	32.388

- (I) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2025 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025, o prazo médio de vencimento do endividamento da Companhia é de 4,93 anos (4,60 anos em 31 de dezembro de 2024).

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	16.309	14.261
Efeito no fluxo de caixa:		
Captações (I)	6.842	3.702
Amortizações de principal	(2.413)	(2.612)
Custo de captação	(249)	(16)
Pagamento de encargos de dívida	(1.442)	(1.123)
Depósitos em garantias	(14)	(2)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	1.796	1.359
Variação cambial	(424)	823
Marcação a valor justo	(97)	(83)
Saldo final do exercício	20.308	16.309

- (I) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 as operações captadas, no montante de R\$ 6.842, pela Companhia foram: (i) R\$ 3.300 via 22ª emissão de debêntures com prazo de vencimento em até 10 anos; (ii) R\$ 500 via 21ª emissão de debêntures com prazo de vencimento em até 10 anos; (iii) R\$ 700 via 20ª emissão de debêntures com prazo de vencimento em até 7 anos; (iv) R\$ 394 via desembolso de contrato de financiamento com o BNDES com prazo de vencimento em até 10 anos; e (v) R\$ 1.948 via financiamento com Banco Europeu de Investimento com prazo de vencimento em até 10 anos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 as operações captadas, no montante de R\$ 3.702, pela Companhia foram: (i) R\$ 200 com prazo de vencimento em 3 anos captados junto ao Santander; (ii) R\$ 700 com prazo de vencimento em 5 anos junto ao *Bank of America*; (iii) R\$ 400 junto ao BNDES com vencimento de até 10 anos; (iv) R\$ 612 via 17ª emissão de debêntures com prazo de vencimento final em até 10 anos; (v) R\$ 1.000 via 18ª emissão de debêntures com prazo de vencimento final em até 7 anos; e (vi) R\$ 790 via 19ª emissão de debêntures com prazo de vencimento final em até 6 anos.

d) Linhas de crédito

Tipo	Moeda	Data limite de captação	Montante total	Montante utilizado
Linhas de crédito rotativas	R\$	18/07/2026	100	-
Linhas de crédito rotativas	R\$	18/07/2026	200	-
Linhas de crédito rotativas	R\$	06/12/2026	200	-
Linhas de financiamento	R\$	31/12/2025	794	794
			1.294	794

O custo médio para manutenção dessas linhas de crédito, em 31 de dezembro de 2025, é de 0,50% a.a. (0,28% a.a. em 31 de dezembro de 2024) sobre o montante total.

e) Condições restritivas financeiras (Covenants)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía 94% dos contratos de dívidas que contêm cláusulas de *covenants* que são apurados na controladora e na Companhia. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) e EBITDA sobre resultado financeiro. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Abaixo seguem os principais parâmetros e as medições estimadas em geral:

	Limites contratual Inferior (1)	Medição em 2025 (2)	Medição em 2024 (2)
Consolidado Neoenergia (3):			
Dívida líquida ÷ EBITDA	≤ 4,0	3,41	3,45
EBITDA ÷ Resultado financeiro	≥ 2,0	2,46	2,51
Companhia:			
Dívida líquida ÷ EBITDA	≤ 4,0	3,29	2,90
EBITDA ÷ Resultado financeiro	≥ 2,0	2,47	2,78

- (1) Cada contrato de dívida prevê cláusulas específicas com a composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de apuração, podendo ser trimestralmente ou anual. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas;
- (2) Índices gerais alcançados pelas informações apresentadas nessa demonstração financeira e nas demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia S.A.; e
- (3) A Neoenergia S.A. é avalista e garantidora das dívidas de suas subsidiárias.

A Companhia possui *covenants* não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos *covenants* financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de *covenants* não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras.

15.2.1 Política contábil material

As dívidas e os outros passivos financeiros são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos, e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado ou intangível se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos e financiamentos não capitalizados são reconhecidos no resultado do exercício que foram incorridos.

15.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte da sua estratégia de gestão de riscos a Companhia utiliza contratos de swaps, a termo e/ou opções com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de riscos estão expostas na nota 1.1.

a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial

	2025	2024
Contratados para proteção de dívidas:		
Risco de câmbio (NDF, opções e outros derivativos)	(1)	(1)
Swap de moeda - US\$ vs R\$	13	620
Swap de moeda - outras moedas vs R\$	(148)	(100)
Swap de taxas de juros - R\$	(37)	(72)
Contratados para proteção de outras operações:		
Risco de câmbio - produtos e serviços	(1)	3
Exposição líquida	(174)	450
Ativo circulante	59	311
Ativo não circulante	173	399
Passivo circulante	(141)	(65)
Passivo não circulante	(265)	(195)

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, conforme demonstrado abaixo:

	2025	2024
Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa		
Contratados para proteção de dívidas	(259)	315
Contratados para proteção de outras operações	(1)	3
Derivativos designados para contabilidade de hedge - valor justo		
Contratados para proteção de dívidas	86	132
	(174)	450

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

	2025			2024		
	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total
Saldo inicial	447	3	450	(150)	(1)	(151)
Ganho (perda) reconhecido no resultado	(743)	-	(743)	509	-	509
Ganho (perda) reconhecido no Capex	-	-	-	-	(1)	(1)
Liquidação financeira entradas (saídas)	71	(1)	70	104	1	105
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	52	(3)	49	(16)	4	(12)
Saldo final	(173)	(1)	(174)	447	3	450
Ganho (perda) reconhecido no resultado						
Custos de operação	-	1	1	-	-	-
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	(743)	-	(743)	509	-	509

15.3.1 Política contábil material e julgamentos críticos

a) Política contábil material

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são reconhecidas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificadas como *hedge accounting* são classificadas e apresentadas como *hedge* econômico, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos.

Nas operações designadas como *hedge accounting*, a Companhia documenta no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) ou ativo imobilizado/intangível, quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido.

As variações no valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores são reconhecidas no patrimônio líquido como reservas de transações com o sócio.

b) Estimativas e julgamentos críticos

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para determinar o método de mensuração mais aderente a cada classe de instrumentos derivativos, assim como as premissas a serem observadas. De modo geral, as premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço.

As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto, caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração estão apresentadas nas notas 21.2 e 21.8, respectivamente.

16. PROVISÕES, OUTRAS OBRIGAÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

16.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

As provisões para processos judiciais estão apresentadas a seguir:

	Cíveis (1)	Trabalhistas (2)	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	279	146	26	12	463
Adições e reversões, líquidas	91	27	-	-	118
Pagamentos	(116)	(61)	(1)	-	(178)
Atualizações monetárias	45	18	(1)	1	63
Saldos em 31 de dezembro de 2025	299	130	24	13	466
Circulante					147
Não circulante					319

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	263	183	21	11	478
Adições e reversões, líquidas	77	17	2	-	96
Pagamentos	(106)	(80)	(1)	-	(187)
Atualizações monetárias	45	26	4	1	76
Saldos em 31 de dezembro de 2024	279	146	26	12	463
Circulante					180
Não circulante					283

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de desembolso futuro provável, destacamos:

(1) Processos cíveis: Do total reconhecido, destaca-se:

- Ações cíveis onde se discute indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo, cobranças indevidas, danos morais e materiais entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios abrangendo os objetos relativos a danos elétricos em equipamentos, danos de interrupção de energia, ações acidentárias, cobrança indevida, corte indevido, irregularidade de consumo, serviço de rede, pedido de ligação, negativação indevida e Portaria DNAEE, no montante estimado de R\$ 202 (R\$ 193 em 31 de dezembro de 2024).

(2) Processos trabalhistas: Do total reconhecido, destacam-se:

- Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários, dentre outras, cujo montante estimado é de R\$ 90 (R\$ 93 em 31 de dezembro de 2024); e
- Ações movidas por ex-empregados de empreiteiras (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras, cujo montante estimado é de R\$ 39 (R\$ 53 em 31 de dezembro de 2024).

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2025	2024
Processos cíveis (1)	2.094	1.769
Processos trabalhistas (2)	1.121	850
Processos fiscais (3)	871	823
Processos regulatórios (4)	333	243
Total	4.419	3.685

Dentre os processos relevantes cujo risco de desembolso futuro é considerado possível, destacamos:

(1) Processos cíveis: Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, entre outros, cujos destaques passamos a tratar a seguir:

- Ação indenizatória, em razão de corte de energia elétrica nas suas instalações sem aviso prévio, no montante estimado de R\$ 95 (R\$ 87 em 31 de dezembro de 2024);
- Ação indenizatória em razão de um incêndio ocorrido em sua propriedade, supostamente causado pelo rompimento da rede elétrica da Companhia, no montante estimado de R\$ 81 (R\$ 73 em 31 de dezembro de 2024);
- Ação ajuizada visando a restituição de caução, pagamento de faturas de serviços prestados, bem como indenização por dano material em razão da ausência de correção monetária pelo índice previsto entre os meses de maio a dezembro/2020 dos contratos de prestação de serviços nº 4600031329 e 4600031330, no montante estimado de R\$ 142 (R\$ 124 em 31 de dezembro de 2024);
- Ação ajuizada visando em caráter cautelar a prestação de contas de valores retidos a título de caução nos contratos firmados entre 2008 e 2017 e, no mérito, a restituição do saldo devido em decorrência de danos materiais e o pagamento de lucros cessantes no montante estimado de R\$ 61 (R\$ 54 em 31 de dezembro de 2024);
- Ação Civil Pública ajuizada pelo MPF pedindo que a Neoenergia Coelba e a CHESF sejam condenadas ao pagamento de indenização à comunidade indígena Truká por danos materiais, danos morais coletivos e dano imaterial, com pedido formal de desculpas à comunidade Truká. O autor pede, também, que a Neoenergia Coelba e a CHESF sejam obrigadas a regularizar o componente indígena no licenciamento ambiental da Linha de Transmissão e que o IBAMA e a FUNAI comprovem as medidas adotadas para dar regular prosseguimento ao processo de licenciamento ambiental referente a linha de transmissão. Montante estimado de R\$ 64 (R\$ 57 em 31 de dezembro de 2024);
- Ação movida pela Defensoria Pública do Estado da Bahia contra a Neoenergia Coelba, alegando supostos equívocos na aferição do consumo de energia, requerendo refaturamento das cobranças de março, abril/2010 e seguintes, que utilizaram o parâmetro de média de consumo como referência, bem como devolução em dobro dos valores cobrados e indenização para o Fundo Nacional de Defesa do Consumidor. Montante estimado de R\$ 54;

- Ação movida pelo Instituto de Estudo e Ação pela Paz com Justiça Social (IAPAZ) contra a Neoenergia Coelba, alegando supostos equívocos na aferição do consumo de energia, requerendo devolução em dobro dos valores cobrados em abril e maio de 2010 e cancelamento das cobranças emitidas. Montante estimado de R\$ 54; e
- Ação movida pelo Ministério Público da Bahia contra a Neoenergia Coelba, alegando supostos equívocos na aferição do consumo de energia, requerendo refaturamento das cobranças de abril/2010 e seguintes, que utilizaram o parâmetro de média de consumo como referência, bem indenização para o Fundo Nacional de Defesa do Consumidor. Montante estimado de R\$ 54.

(2) Processos trabalhistas: Referem-se às ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e, ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

(3) Processos fiscais: Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referentes a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IPTU, PIS/COFINS, entre outros, cujos destaques passamos a tratar a seguir:

- Ação Anulatória visando o cancelamento do lançamento fiscal formalizado no Processo Administrativo n.º 10580.729581/2011-04 para a cobrança de multa isolada e juros por conta da não retenção de imposto de renda quando da distribuição de juros sobre capital próprio, relativamente aos períodos-base de 2006 a 2010. Valores estimados em R\$ 142 (R\$ 132 em 31 de dezembro de 2024).
- Ação declaratória cumulada com anulatória visando anular os débitos de IPTU do exercício 2015, relacionados aos imóveis onde funcionam 17 subestações, como também todos os demais débitos de IPTU porventura existentes em relação a tais imóveis; bem como seja declarada a inexistência da relação jurídico-tributária em relação a tais imóveis, e no que tange a outros imóveis que funcionem ou venham a funcionar como subestação de energia elétrica no Município de Salvador, anulando-se quaisquer cobranças porventura feitas a este título. Montante estimados de R\$ 60 (R\$ 51 em 31 de dezembro de 2024).

(4) Processos regulatórios: Referem-se às ações regulatórias, dentre as quais os objetos são relacionados aos procedimentos para o cálculo dos indicadores de continuidade técnica do serviço, individual e coletivo, questões comerciais, a realização das compensações financeiras correspondentes e da recuperação dos indicadores globais, questões relacionadas à arrecadação ou legalidade de elementos ou rubricas tarifárias e questões relativas à legalidade das ações administrativas impetradas pela ANEEL, cujos destaques passamos a tratar a seguir:

- Ação Ordinária para anular a Resolução Normativa da ANEEL n.º 387, de 15/12/2009 e o Despacho SFF/ANEEL n.º 2.517 de 26 de agosto de 2010, que prevê um saldamento da energia livre entre geradores e as distribuidoras de energia elétrica. Valores estimados em R\$ 102 (R\$ 93 em 31 de dezembro de 2024); e
- Ação Ordinária para anular o Auto de Infração n.º 118/2012-SFE/ANEEL e o Despacho ANEEL n.º 2.872, de 29 de julho de 2014, referente ao suposto descumprimento de obrigações relativas à qualidade dos serviços de distribuição de energia elétrica prestados pela Companhia. Valores estimados em R\$ 84 (R\$ 76 em 31 de dezembro de 2024).

- Ação Ordinária para anular o Auto de Infração nº 0035/2025-SFT/ANEEL, referente ao suposto descumprimento dos prazos de atendimento a solicitações de fornecimento com necessidade de obras e de elaboração de estudos e orçamentos de conexão estabelecidos no art. 88 da Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021. Valores estimados em R\$ 66.

As provisões para processos e os passivos contingentes foram atualizados monetariamente: (1) e (4) pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m., para as ações cíveis; (2) pela variação do IPCA na fase pré processual e SELIC após ajuizamento para as ações trabalhistas, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na ADC 58; e (3) pela variação da taxa SELIC, para as ações fiscais.

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

	2025	2024
Processos cíveis	451	402
Processos trabalhistas	233	213
Processos fiscais	182	162
Outros processos	78	21
Total	944	798

Os depósitos judiciais foram atualizados monetariamente pela taxa SELIC, para os processos fiscais, e pela taxa TR mais 0,5% para os demais processos.

16.2 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil material

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

O valor relacionado à parcela principal da provisão é reconhecido no resultado operacional ou imobilizado/intangível em função da correlação direta das operações da Companhia e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

17. OUTROS PASSIVOS

	2025	2024
Caução em garantia (1)	401	403
Devoluções a consumidores (2)	136	213
Contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	72	67
Repasse a terceiros	7	10
Bônus estratégico	16	11
Devolução MMGD (3)	238	135
Outros	99	56
Total	969	895
Circulante	825	790
Não circulante	144	105

- (1) Garantia constituída para assegurar o cumprimento dos contratos, acrescidas de correção monetária com base nos índices previstos contratualmente (IPCA ou CDI), para fazer face tanto às suas cláusulas operacionais, quanto à obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços;
- (2) Refere-se ao Bônus Itaipu, direcionados as classes residenciais e rurais que será pago de acordo com os meses de 2023 em que o consumo de energia de unidades consumidoras foi menor que 350 kWh, conforme a REH ANEEL nº 3.420/2024; e
- (3) Corresponde ao saldo acumulado de energia injetada e ainda não compensada, pertencente aos clientes possuidores de usinas de geração fotovoltaica.

18. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e de longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios.

Os benefícios de curto e longo prazo – pós-emprego compreendem: (i) plano de previdência complementar (Plano de pensão - Benefício Definido); (ii) plano de previdência complementar (Plano de pensão - Contribuição Definida); e (iii) plano de saúde pós-emprego.

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	2025	2024
Obrigações trabalhistas e PLR	221	230
Benefícios pós-emprego	868	828
Total	1.089	1.058
Ativo não circulante - outros (1)	(14)	(19)
Passivo circulante	310	358
Passivo não circulante	793	719

- (1) A apresentação do saldo de benefício pós-emprego superavitário encontra-se alocada na rubrica Outros Ativos não circulantes.

18.1 Benefícios Pós-Emprego

A Companhia contribui, como patrocinadora, para planos de aposentadoria que fornecem aos seus colaboradores benefícios em eventos de aposentadoria, morte e invalidez. A Companhia possui planos no formato de benefício definido e contribuição definida. O plano de benefício definido está fechado para novas adesões, em razão de expor a Companhia ao risco de desequilíbrio atuarial em caso de situação deficitária do plano, de forma que a Companhia teria que efetuar desembolsos extraordinários a fim de assegurar a concessão dos benefícios aos colaboradores e ex-colaboradores participantes dos planos (ativos e assistidos).

Já para os planos de contribuição definida a Companhia não incorre no risco de desequilíbrio atuarial, dado que o valor é permanentemente ajustado de acordo com os recursos mantidos em favor do participante (modelo de poupança individual). Atualmente há apenas um plano de contribuição definida aberto para novas adesões.

A gestão do plano de benefício é realizada por gestores externos à Administração da Companhia (Curadores). Os curadores dos planos são responsáveis pela governança e possuem a obrigação legal de agir exclusivamente no melhor interesse dos beneficiários do plano. Os Curadores têm as seguintes funções: (i) administração dos planos e pagamento aos beneficiários dos ativos do plano, quando exigido de acordo com as regras do plano; (ii) gestão e investimento dos ativos do plano; e (iii) conformidade com outros regulamentos, quando aplicável. Os Curadores dos planos da Companhia são entidades fechadas de previdência complementar ou seguridade social, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira.

Abaixo segue a relação dos Curadores e outras informações dos planos:

	2025			
	Quantidade Beneficiários Ativos	Quantidade Beneficiários Assistidos	Situação	Condição financeira
Planos de benefício definido				
Néos - Plano BA	-	810	Fechado	Superavitário
Planos de contribuição definida				
Néos - Plano BA	2.095	1.252	Fechado	N/A
Néos - Plano CD Néos	3.919	232	Aberto	N/A
	6.014	1.484		
Total	6.014	2.294		

Para o plano de Saúde Pós-Emprego, a Companhia mantém um seguro coletivo empresarial para cobertura de despesas de assistência médico-hospitalar e de assistência odontológica para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais. Por serem planos de assistência médica não capitalizados, têm natureza deficitária. Este plano não permite a adesão de novos participantes. Em 31 de dezembro de 2025, o plano possui 5.953 beneficiários (628 beneficiários ativos, 2.610 beneficiários assistidos titulares e 2.715 beneficiários assistidos dependentes).

a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos

	Benefício definido				Saúde	
	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos	Efeito do teto	Ativo (passivo) líquido	Obrigações atuariais	Ativo (passivo) líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(288)	480	(173)	19	(847)	(847)
Custo do serviço	-	-	-	-	(1)	(1)
Efeitos dos juros	(31)	52	(20)	1	(92)	(92)
Benefícios pagos pelo plano	36	(35)	-	1	91	91
Efeitos de reduções/liquidações	-	-	-	-	9	9
Redimensionamento	(29)	(35)	58	(6)	(43)	(43)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(312)	462	(135)	15	(883)	(883)
Planos superavitários	(312)	462	(135)	15	-	-
Planos deficitários	-	-	-	-	(883)	(883)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(364)	507	(128)	15	(902)	(902)
Custo do serviço	-	-	-	-	(1)	(1)
Efeitos dos juros	(30)	43	(12)	1	(78)	(78)
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	-	-	-	81	81
Benefícios pagos pelo plano	41	(41)	-	-	-	-
Efeitos de reduções/liquidações	-	-	-	-	9	9
Redimensionamento	65	(29)	(33)	3	44	44
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(288)	480	(173)	19	(847)	(847)
Planos superavitários	(288)	480	(173)	19	-	-
Planos deficitários	-	-	-	-	(847)	(847)

b) Valores reconhecidos no resultado do exercício

	2025		
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Total
Custo do serviço	-	(1)	(1)
Efeitos de reduções/ liquidações (I)	-	9	9
Despesa com juros de passivos	(51)	(92)	(143)
Receita com juros de ativos	52	-	52
Total	1	(84)	(83)

Alocação dos custos do serviço:

Resultado do exercício	-	8	8
------------------------	---	---	---

	2024		
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Total
Custo do serviço	-	(1)	(1)
Efeitos de reduções/ liquidações (I)	-	9	9
Despesa com juros de passivos	(42)	(78)	(120)
Receita com juros de ativos	43	-	43
Total	1	(70)	(69)

Alocação dos custos do serviço:

Resultado do exercício	-	8	8
------------------------	---	---	---

(I) Em 2025, para o Plano de Saúde da Coelba, a Companhia apurou um ganho decorrente do efeito de reduções/liquidações no valor de R\$ 9 (R\$ 9 em 31 de dezembro de 2024), ocasionado majoritariamente pela migração entre planos.

c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes

	2025		
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Total
Saldo no início do exercício	26	(331)	(305)
Redimensionamento			
Mudanças nas premissas	(29)	(43)	(72)
Efeito do teto de ativos/passivos onerosos	58	-	58
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	(35)	-	(35)
Outros efeitos	12	-	12
Efeito bruto	6	(43)	(37)
Tributos sobre o lucro	(2)	14	12
Efeito líquido em outros resultados abrangente	4	(29)	(25)
Saldo no final do exercício	30	(360)	(330)

	2024	
	Benefício definido	Saúde pós-emprego
	Total	
Saldo no início do exercício	24	(360)
Redimensionamento		
Mudanças nas premissas	65	44
Efeito do teto de ativos/passivos onerosos	(33)	-
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	(29)	-
Efeito bruto	3	44
Tributos sobre o lucro	(1)	(15)
Efeito líquido em outros resultados abrangente	2	29
Saldo no final do exercício	26	(331)

d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	2025		2024	
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Benefício definido	Saúde pós-emprego
Valor presente das obrigações atuariais	(312)	(883)	(288)	(847)
Valor justo dos ativos	462	-	480	-
Efeito do limite do ativo (teto)	(135)	-	(173)	-
Total ativo (passivo) líquido	15	(883)	19	(847)
Ativo não circulante	15	-	19	-
Passivo circulante	-	(89)	-	(128)
Passivo não circulante	-	(794)	-	(719)

e) Outras informações dos planos de benefício definido e saúde pós-emprego

(i) Ativos dos planos por categoria

Os ativos do plano abaixo se referem somente ao plano de benefício definido, pois o plano de saúde pós-emprego não possui ativos de cobertura.

	2025			2024		
	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total
Investimento direto:						
Investimentos imobiliários	-	12	12	-	12	12
Outros	-	(18)	(18)	-	(23)	(23)
Investimento através de fundos:						
Fundo de investimento – renda fixa	468	-	468	491	-	491
Total	468	(6)	462	491	(11)	480

(ii) Expectativa de pagamentos futuros

As expectativas de pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros pelo plano são as seguintes:

	2025	
	Benefício definido	Saúde pós-emprego
2026	36	89
2027	35	88
2028	35	87
2029	34	84
2030	32	83
Entre 2031 e 2035	144	385
Entre 2036 e 2040	110	327
2041 em diante	162	735
Total	588	1.878

Não há previsão de desembolso por parte da Companhia para o plano de benefício definido, tendo em vista o alto nível de sobras do plano. Com relação ao plano de saúde pós-emprego o desembolso é feito diretamente pela Companhia nos níveis demonstrados acima.

(iii) Análise de sensibilidade e hipóteses atuariais/econômicas

Para a análise de sensibilidade, a Companhia considera o efeito de alteração na taxa nominal de desconto no valor presente da obrigação atuarial da Companhia, conforme apresentado abaixo:

	2025		2024	
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Benefício definido	Saúde pós-emprego
Taxa nominal de desconto - Redução de 0,5%				
Valor presente da obrigação atuarial	324	917	298	878
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	3,41%	3,83%	3,23%	3,68%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	7,35	8,66	6,99	8,41
Taxa nominal de desconto - Aumento de 0,5%				
Valor presente da obrigação atuarial	303	852	280	818
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	(3,20) %	(3,56) %	(3,04) %	(3,43) %
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	6,99	8,16	6,66	7,94

As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	2025		2024	
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Benefício definido	Saúde pós-emprego
Taxa média nominal de desconto	10,83%	10,67%	11,30%	11,51%
Taxa média nominal de crescimento do custo salarial	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa real de inflação dos custos médicos	N/A	3,25%	N/A	3,25%
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%
Duration (em anos)	7,17	8,40	6,82	8,17
Tábua de mortalidade	BR-EMSsb 2015, suavizada em 15%	AT-2000 Basic	AT-2000 M&f, suavizada em 20%	AT-2000 Basic
Tábua de entrada em invalidez	N/A	Light Média	N/A	Light Média
Tábua de mortalidade de inválidos	BR EMS sb v2010 M	AT-1983 M	BR EMS sb v2010 M	AT-1983 M
		Ativos: 95% de casados com esposa 4 anos mais jovem.		Ativos: 95% de casados com esposa 4 anos mais jovem.
Composição familiar	Ativos: N/A Assistidos: Família Real	Assistidos: Família Real	Ativos: N/A Assistidos: Família Real	Assistidos: Família Real

(iv) Principais riscos relacionados aos planos de benefícios definidos

Risco geral - O retorno dos ativos do fundo não sendo suficiente nos fluxos de pagamentos de benefícios ao longo dos anos, a Companhia será requerida a financiar o *déficit* com contribuições extraordinárias, a menos que o fundo tenha patrimônio suficiente.

Mudanças na taxa de desconto - A taxa de juros que é usada para calcular a obrigação de benefício definido (de acordo com o IFRS) depende do valor dos rendimentos dos títulos governamentais (ou títulos corporativos da Companhia) na data de relatório. Uma diminuição nos rendimentos aumenta a obrigação de benefício que é, em parte, mitigada pelo ajuste a mercado que aumenta o valor dos investimentos em renda fixa.

Investimentos e volatilidade - O conselho de Curadores aceita anualmente um Plano de Investimento, que se baseia em uma análise externa dos ativos e passivos do plano (ALM). Os ativos estão alocados em ações e fundos de investimentos, instrumentos de renda fixa e imóveis. Os investimentos são diversificados em diferentes classes de ativos e para diferentes gestores de ativos, tendo em conta a política de alocação de investimentos dos planos e os limites autorizados pela autoridade brasileira de supervisão de fundos de previdência complementar (Previc).

Hipóteses atuariais e econômicas - Os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, taxa de juros, inflação, mortalidade e invalidez. O resultado real diferente dessas premissas levará a um aumento/redução no valor presente das obrigações do plano.

18.1.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil material

Os planos de benefícios de longo prazo - pós-emprego (previdência) são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e de contribuição definida.

Nos planos de benefício definido, os custos do plano são avaliados usando o método de crédito unitário projetado. Os custos de prover os benefícios são reconhecidos na demonstração do resultado para distribuir o custo do serviço ao longo da vida útil dos colaboradores. Os juros líquidos são apresentados na demonstração do resultado, na linha de despesas financeiras.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente na data do balanço e é medida como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados usando taxas de juros pela referência de mercado dos títulos do governo brasileiro que possuem prazos de vencimento próximos aos prazos dos desembolsos do plano.

Os ativos dos planos de pensão são avaliados a valor de mercado. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é a obrigação de benefício definido na data de fechamento menos o valor justo dos ativos do plano. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso em dinheiro ou uma redução nos pagamentos futuros de contribuição esteja disponível. Quando os benefícios de um plano são alterados ou quando um plano é reduzido, a alteração resultante no benefício que se relaciona com o serviço passado ou o ganho ou perda relacionado com um corte é imediatamente reconhecida nos resultados. Os ganhos ou perdas nas liquidações de planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a liquidação ocorre. Os impactos gerados por mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido, dentro de "Outros resultados abrangentes". Estes efeitos serão reclassificados para o lucro acumulado ou reservas de lucros, quando da extinção ou liquidação do benefício dos planos que lhe deram origem.

O plano de saúde pós-emprego possui a mesma sistemática de mensuração e reconhecimento dos planos de benefícios definidos, exceto pela diferença de premissas econômicas e atuariais utilizadas.

As contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado do exercício a que as contribuições se referem.

b) Estimativas e julgamentos críticos

O valor presente das obrigações de pensão é baseado em cálculos atuariais que usam várias premissas. Quaisquer mudanças nessas premissas impactarão o valor das obrigações de pensão. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e os valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são registrados nas obrigações com os planos de pensão.

A Companhia, em conjunto com os atuários externos e internos, revisa no final de cada exercício, as premissas que serão utilizadas para o exercício seguinte.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias (ON) e ações preferenciais (PNA e PNB), todas sem valor nominal. O capital social poderá ser aumentado por decisão do Conselho de Administração até o limite autorizado e, acima desse limite, por deliberação da Assembleia Geral, sem guardar proporção entre as espécies ou classes de ações existentes.

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 3.050 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 2.988 (R\$ 2.988 em 31 de dezembro de 2024).

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte (por unidade de ações):

Acionistas/ Qtde. Ações vs R\$	Ordinárias	R\$	Pref. A	R\$	Pref.B	R\$	Ações	Total R\$
Neoenergia S.A.	149.640.415	1.706	26.906.665	306	82.878.409	945	259.425.489	2.957
Outros	2.357.194	27	313.404	4	-	-	2.670.598	31
Total	151.997.609	1.733	27.220.069	310	82.878.409	945	262.096.087	2.988

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda, no caso de existir lucro a distribuir: (i) As ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido, representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) As ações preferenciais “Classe B” têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

19.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas

a) Lucro por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2025	2024
Lucro básico e diluído por ação:		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	1.098	1.016
Lucro disponível aos acionistas preferenciais A	197	182
Lucro disponível aos acionistas preferenciais B	659	610
Total	1.954	1.808
Em unidades de ações		
Média ponderada de número de ações em circulação - ações ordinárias	151.997.609	151.997.609
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais A	27.220.069	27.220.069
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais B	82.878.409	82.878.409
Total	262.096.087	262.096.087
Lucro básico e diluído por ação		
Ação ordinária (R\$)	7,23	6,69
Ação preferencial A (R\$)	7,23	6,69
Ação preferencial B (R\$)	7,95	7,35

b) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio (JCP), baseado nos limites definidos em lei e no Estatuto Social da Companhia.

A proposta de remuneração aos acionistas foi calculada da seguinte forma:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	1.954	1.808
Reserva legal	-	(90)
Reserva de incentivo fiscal	150	(231)
Lucro líquido ajustado	2.104	1.487
Reserva de retenção de lucros	(566)	(1.065)
Remuneração a distribuir	1.538	422
Remuneração		
Mínima obrigatória (25% do lucro líquido ajustado)	526	372
Remunerações intermediárias	1.012	50
	1.538	422
Natureza da remuneração		
Dividendos	1.046	90
JCP	492	332
	1.538	422
Remuneração total por ação	5,87	1,61

O Conselho de Administração aprovou, em 27 de março de 2025, a título de remuneração antecipada do exercício de 2025 a remuneração aos acionistas, o montante de R\$ 90 (R\$ 106 menos R\$ 16 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio, pago em novembro de 2025.

O Conselho de Administração aprovou, em 27 de junho de 2025, a título de remuneração antecipada do exercício de 2025 a remuneração aos acionistas, o montante de R\$ 105 (R\$ 123 menos R\$ 18 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio, pago em novembro de 2025.

O Conselho de Administração aprovou, em 29 de setembro de 2025, a título de remuneração antecipada do exercício de 2025 a remuneração aos acionistas, o montante de R\$ 120 (R\$ 141 menos R\$ 21 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio, pago em dezembro de 2025.

O Conselho de Administração aprovou, em 24 de outubro de 2025, a título de remuneração antecipada do exercício de 2025 a remuneração aos acionistas, o montante de R\$ 1.046, na forma de dividendos intermediários, pagos em dezembro de 2025.

O Conselho de Administração aprovou, em 19 de dezembro de 2025, a título de remuneração antecipada do exercício de 2025 a remuneração aos acionistas, o montante de R\$ 103 (R\$ 121 menos R\$ 18 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio, a ser pago até 31 de dezembro de 2026.

Os valores deliberados aos acionistas, por natureza de remuneração, estão apresentados como segue:

Deliberação	Natureza de remuneração	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
2025					
RCA de 27 de março de 2025	Juros sobre capital próprio	106	0,3916912	0,3916912	0,4308603
RCA de 27 de junho de 2025	Juros sobre capital próprio	123	0,4556263	0,4556263	0,5011888
RCA de 29 de setembro de 2025	Juros sobre capital próprio	141	0,5215177	0,5215177	0,5736694
RCA de 24 de outubro de 2025	Dividendos intermediários	1.046	3,8685731	3,8685731	4,2554304
RCA de 19 de dezembro de 2025	Juros sobre capital próprio	122	0,4490651	0,4490651	0,4939717
1.538					
2024					
RCA de 20 de março de 2024	Juros sobre capital próprio	75	0,2766289	0,2766289	0,3042918
AGOE de 15 de abril de 2024	Dividendos adicionais	422	1,5604558	1,5604558	1,7165014
RCA de 20 de junho de 2024	Juros sobre capital próprio	77	0,2852056	0,2852056	0,3137261
RCA de 25 de setembro de 2024	Juros sobre capital próprio	85	0,3125962	0,3125962	0,3438559
RCA de 18 de dezembro de 2024	Juros sobre capital próprio	95	0,3504942	0,3504942	0,3855436
754					

A remuneração a pagar aos acionistas está apresentada como segue:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	181	98
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados no exercício	1.538	422
Declarados de exercícios anteriores	-	422
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	(74)	(50)
Pagos no exercício	(1.529)	(711)
Saldo final do exercício	116	181

19.3 Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece, em 31 de dezembro de 2025, em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de: (i) obrigações atuariais de benefícios a empregados no montante de R\$ (25) (R\$ 31 em 31 de dezembro de 2024); e (ii) valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa no montante de R\$ 33 (R\$ (8) em 31 de dezembro de 2024).

19.4 Reservas de capital

a) Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio

Reserva no montante de R\$ 19 em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

b) Reserva especial de ágio

Reserva líquida no montante de R\$ 339, sendo R\$ 383 correspondente ao ágio gerado em função da reestruturação societária da Companhia através da incorporação, e R\$ 44 que corresponde a valor já capitalizado.

c) Gastos com emissão de ações

Valor de gasto incremental R\$ (2) com laudo de terceiro para viabilizar captação de recursos, reconhecido conforme Pronunciamento Técnico CPC 08 (IAS 32).

19.5 Reservas de lucros

a) Reserva legal

Constitui exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício baseada no artigo 182, § 1º da Lei nº 6.404/1976, considerando que a reserva legal somada à reserva de capital, excede o limite de 30% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 562 (R\$ 562 em 31 de dezembro de 2024).

b) Reserva de incentivo fiscal

Constitui parcela do lucro líquido apurado em cada exercício oriunda de ganhos de incentivos fiscais da SUDENE. Esses montantes só podem ser utilizados para absorção de prejuízos acumulados ou aumento de capital social. No exercício de 2025, houve reversão dessa reserva em função da atualização de premissas tributárias e informações utilizadas nas apurações do benefício, resultando em redução do montante registrado. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.979 (R\$ 2.129 em 31 de dezembro de 2024).

c) Reserva de retenção de lucros

Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 2.331 (R\$ 1.765 em 31 de dezembro de 2024).

19.6 Política contábil material

O capital social representa valores recebidos dos acionistas e, também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais. As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

Os incentivos fiscais são reconhecidos quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão cumpridas pela Companhia. Os valores reconhecidos no resultado são destinados à reserva de incentivos e só serão utilizados para eventual absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não sendo passível sua distribuição na forma de remuneração aos acionistas.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia.

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação de serviços de operação e manutenção; e (iv) contratos de serviços administrativos.

As transações com os fundos de pensão responsáveis pela gestão dos benefícios de curto e longo prazo concedidos aos empregados da Companhia estão classificadas como “Acionistas e outros” nesta nota explicativa.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

20.1 Saldos em aberto com partes relacionadas

	2025			
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Ativo				
Outros ativos (c)/(d)	-	61	13	74
	-	61	13	74
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros (a)	12	-	75	87
Benefícios a empregados	-	-	8	8
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	103	13	116
Outros passivos (d)	1	-	-	1
	13	103	96	212

				2024
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Ativo				
Outros ativos (c)/(d)	-	65	11	76
	-	65	11	76
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros (a)	11	-	61	72
Benefícios a empregados	-	-	8	8
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	170	11	181
Outros passivos (d)	1	-	-	1
	12	170	80	262

20.2 Transações com partes relacionadas

				2025
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Resultado do exercício				
Receita operacional líquida (a)	1	-	-	1
Custos dos serviços (a)	(105)	-	(609)	(714)
Despesas gerais e administrativas (b)/(d)	(11)	(1)	(31)	(43)
Resultado financeiro líquido (c)	-	(152)	-	(152)
	(115)	(153)	(640)	(908)

				2024
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Resultado do exercício				
Receita operacional líquida (a)	1	-	-	1
Custos dos serviços (a)	(196)	-	(588)	(784)
Despesas gerais e administrativas (b)/(d)	(9)	(1)	(32)	(42)
Resultado financeiro líquido (c)	-	(142)	-	(142)
	(204)	(143)	(620)	(967)

20.3 Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas nos itens 20.1 e 20.2 referem-se a:

Subsidiárias da Neoenergia

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	2025		2024	
						Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a	Aflente Transmissão	Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST	IGPM	25 anos	2027	(2)	(15)	-	(20)
d	Elektro	Compartilhamento de pessoal	N/A	5 anos	2030	(1)	(11)	(1)	(10)
a	Energética Águas da Pedra S.A. (EAPSA)	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IGPM	30 anos	2040	(4)	(31)	(3)	(10)

Controladora

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	2025		2024	
						Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
c	Neoenergia S.A.	Contrato de FEE por aval	N/A	4 anos	2026	61	(152)	65	(142)
e	Neoenergia S.A.	Pagamento de dividendos e JCP	N/A	Indeterminado	Indeterminado	(102)	-	(169)	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Acionistas e outros

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	2025		2024	
						Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a	Norte Energia	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IGPM	30 anos	2044	(71)	(572)	(57)	(553)
e	Minoritários	Pagamento de dividendos e JCP	N/A	Indeterminado	Indeterminado	(13)	-	(11)	-
b	Néos	Previdência Privada	N/A	Indeterminado	Indeterminado	5	(31)	3	(32)
a	Narandiba	Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST	IGPM	25 anos	2027	(2)	(21)	(1)	(20)
a	Neoenergia Jalapão Transmissão de Energia S.A.	Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST	IGPM	25 anos	2027	(1)	(5)	-	(4)

20.4 Remuneração da Administração (Pessoal-chave)

A remuneração da Administração reconhecida no resultado do exercício pelo regime de competência é como segue:

	2025	2024
Salários e benefícios recorrentes	3	2
Outros benefícios de curto prazo	1	1
Benefícios de longo prazo	1	2
Rescisões contratuais	-	1
Total	5	6

Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

21. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2025			2024		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	716	-	1.639	1.155	-	370
Títulos e valores mobiliários	6	-	343	5	-	82
Contas a receber de clientes e outros	5.006	-	-	4.696	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	92	140	-	506	204
Concessão do serviço público - ativo financeiro	-	-	20.867	-	-	17.709
Outros ativos	122	-	-	114	-	-
Total	5.850	92	22.989	5.970	506	18.365
Passivos financeiros						
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	1.678	-	-	1.352	-	-
Empréstimos e financiamentos	16.650	-	3.658	15.177	-	1.132
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	477	-	-	923	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	352	54	-	188	72
Passivo de arrendamento	48	-	-	50	-	-
Outros passivos	418	-	-	433	-	5
Total	19.271	352	3.712	17.935	188	1.209

CA – Custo Amortizado

VJORA – Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes

VJR – Valor Justo por meio do Resultado

21.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 21.8 (análise de sensibilidade).

21.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (VJR ou VJORA)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo está demonstrado como segue:

	2025			2024		
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	1.639	-	1.639	370	-	370
Títulos e valores mobiliários	343	-	343	82	-	82
Instrumentos financeiros derivativos	232	-	232	710	-	710
Concessão do serviço público - Ativo financeiro	-	20.867	20.867	-	17.709	17.709
	2.214	20.867	23.081	1.162	17.709	18.871
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	3.658	-	3.658	1.132	-	1.132
Instrumentos financeiros derivativos	406	-	406	260	-	260
Outros passivos	-	-	-	5	-	5
	4.064	-	4.064	1.397	-	1.397

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao exercício de 2025 e 2024, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, foram nos montantes de R\$ 869 e R\$ 754, respectivamente. As demais movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgados na nota 12.1.

21.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (CA)

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos ao custo amortizado.

	2025		2024	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	16.650	16.821	15.177	15.283

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais se aproximam de seu valor contábil.

21.5 Política contábil material

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- **Custo Amortizado (CA):** ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- **Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA e VJORA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperadas. De modo geral, as perdas de créditos esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

21.6 Métodos e técnicas de avaliação

(i) Concessões do serviço público

Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado nas tabelas de preço da ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

(ii) Empréstimos e financiamentos

O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de receita ou na abordagem de mercado.

As debêntures negociadas em mercado secundário são mensuradas com base na abordagem de mercado, sendo a referência o último preço de negociação ou PU cotação, ambos disponíveis na B3 ou ANBIMA, respectivamente.

As debêntures não negociadas em mercado secundário e os demais empréstimos e financiamentos bilaterais são mensurados com base na abordagem de receita, determinada pelo uso de técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado a partir da utilização de curvas livres de riscos provenientes de fonte de mercado (B3) e do *spread* de risco de crédito da Companhia, divulgado pelas agências classificadoras de *rating*. O *spread* de crédito da Companhia é ajustado a *duration* e a moeda de cada instrumento de dívida.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados por meio da utilização das curvas e preços de mercado que impactam cada instrumento, nas datas de apuração e que reflitam corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento. No caso de *swaps*, tanto o valor presente da ponta ativa quanto o da ponta passiva são estimados através do desconto dos seus fluxos de caixa pelas taxas de juros nas moedas correspondentes. O valor justo é obtido pela diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do *swap* na moeda de referência. Para os contratos a termo são precificados utilizando as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Normalmente, estas curvas são obtidas na B3 e/ou no portal da Bloomberg.

O risco da carteira de derivativos é mensurado pelo método delta-normal, considerando que a distribuição futura dos fatores de risco e suas correlações tenderão a apresentar as mesmas propriedades estatísticas verificadas nas observações históricas. A Companhia faz o acompanhamento do risco de crédito da carteira de derivativos simulando picos hipotéticos de exposição e comparando se estes picos ficam dentro do limite estabelecido pelos controles de risco de crédito da Companhia, por cada contraparte. A estimativa do valor em risco considera nível de confiança de 95% para o horizonte de até 10 dias úteis.

21.7 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-Deliverable Forwards* (NDF).

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento e valor justo incluindo risco de crédito.

Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes.

O programa abaixo é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio do resultado:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Swap US\$ pós vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Ativo	US\$ 53	US\$ 68	2029	291	417
Passivo	R\$ 171	R\$ 219		(168)	(213)
Líquido				123	204

Os programas abaixo são designados para contabilidade de hedge e classificados como hedge de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap US\$ pós vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2024	2023		2025	2024
Ativo	US\$ 391	US\$ 40	2030-2035	2.116	243
Passivo	R\$ 2.177	R\$ 130		(2.159)	(132)
Líquido				(43)	111

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Ativo	US\$ 323	US\$ 445	2026-2029	1.777	2.710
Passivo	R\$ 1.819	R\$ 2.364		(1.844)	(2.406)
Líquido				(67)	304

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Euro

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado a taxas fixas ou flutuantes.

O programa abaixo é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap EUR \$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Ativo	-	€ 93	-	-	598
Passivo	-	R\$ 545		-	(546)
Líquido				-	52

Programa de *hedge* para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF e opções para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

O programa abaixo é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Desembolso USD					
Termo	US\$ 3	US\$ 3	2026-2027	(2)	1
Líquido				(2)	1

Programa de *hedge* para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

O programa abaixo é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Desembolso EUR					
Termo	€ 1	€ 2	2026	-	1
Líquido				-	1

Programa de *hedge* para desembolsos em Reais

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda da variação das taxas pré-fixadas frente a curva de juros, a Companhia pode contratar operações via *swaps* para mitigar a exposição.

O programa abaixo é designado para contabilidade de *hedge* e mensurados ao valor justo por meio do resultado:

Swap R\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Ativo	R\$ 3.632	R\$ 793	2030-2035	3.452	715
Passivo	R\$ 3.636	R\$ 793		(3.489)	(787)
Líquido				(37)	(72)

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos para desembolsos em Iene

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em JPY. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em JPY atrelado a taxas fixas.

O programa abaixo é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap JPY pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Ativo	JPY 7.150	JPY 9.768	2026-2031	243	378
Passivo	R\$ 384	R\$ 518		(391)	(529)
Líquido				(148)	(151)

21.8 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo-se todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 61 dias úteis (ou 90 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2025.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2025.
- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.
- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

Para fins de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar	Alta do	5,5024	(4.217)	(4.299)	(645)	(1.290)
Swap Ponta Ativa em Dólar	(US\$)	Dólar		4.184	4.265	640	1.279
Exposição Líquida				(33)	(34)	(5)	(11)
Dívida em Iene	Iene	Alta do	0,0351	(251)	(259)	(39)	(78)
Swap Ponta Ativa em Iene	(JPY)	Iene		243	250	38	75
Exposição Líquida				(8)	(9)	(1)	(3)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido. Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em USD NDF	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	5,5024	(19) 19	3 (3)	5 (5)
Exposição Líquida				-	-	-
Item protegido: parte de desembolsos em EUR NDF	Euro (€)	Alta do Euro	6,4692	(5) 5	1 (1)	2 (2)
Exposição Líquida				-	-	-

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	14,90%	2.628	93	(13)	(27)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	14,90%	(6,018)	(984)	(148)	(295)
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	14,90%	(8.052)	(1.184)	(178)	(355)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,46%	(6.684)	(640)	(40)	(81)
Dívida em SOFR	SOFR	Alta da SOFR 6M	3,71%	(468)	(26)	(3)	(6)
Swaps SOFR x CDI (Ponta Ativa)	SOFR	Alta da SOFR 6M	3,71%	468	26	3	6

22. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

	Compra de Energia (I)	Construção de Infraestrutura
2027	5.710	3.322
2028	6.052	3.799
2029	6.007	3.206
2030	6.462	3.399
2031	6.844	3.407
Entre 2032 e 2036	42.598	17.824

(I) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 1 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

Contadora

Carla Suely Pedreira do Nascimento Reis
CRC-BA-Nº 017210/O-1

23. MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eduardo Capelastegui Saiz
Presidente

Ana Teresa Lafuente González
Giancarlo Vassão de Souza
Leonardo Pimenta Gadelha
Edison Antônio Costa Britto Garcia
Dailton Pedreira Cerqueira
Titulares

Esdras Mamona dos Santos
Suplente

CONSELHO FISCAL

Francesco Gaudio
Presidente

Eduardo Valdés Sanchez
João Guilherme Lamenza
Fabiano Romes Maciel
Luiz Carlos Faria Ribeiro
Titulares

José Antonio Lamenza
Glaucia Janice Nitsche
Antonio Carlos Lopes
Maria da Glória Guimarães dos Santos
Suplentes

DIRETORIA

Thiago Freire Guth
Diretor Presidente
Renato de Almeida Rocha
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Luciana Maximino Maia
Diretora de Planejamento e Controle
Fabiano da Rosa Carvalho
Diretor de Regulação

CONTADORA

Carla Suely Pedreira do Nascimento Reis
CRC: BA-017210/O-1
CPF: 614.811.305-87

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA** tendo examinado, em reunião realizada no dia 10 de fevereiro de 2026, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2025, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação do lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pela Contadora da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes DELOITTE e o parecer do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e os encaminha para deliberação dos acionistas por meio da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2026.

Eduardo Capelastegui Saiz - Presidente

Ana Teresa Lafuente González

Giancarlo Vassão de Souza

Leonardo Pimenta Gadelha

Edison Antônio Costa Britto Garcia

Dailton Pedreira Cerqueira

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA**, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6404/76, e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas; e a proposta da Administração de distribuição dos resultados.

Considerando os trabalhos de análise realizados por este Conselho, os esclarecimentos obtidos sobre os atos de gestão durante o exercício social de 2025, bem como o Relatório dos Auditores Independentes emitido sem ressalvas, o Conselho Fiscal da Neoenergia Coelba, na totalidade de seus membros presentes, opina favoravelmente pela aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e Proposta de Destinação dos Resultados, estando as referidas matérias aptas a serem submetidas à apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2026.

Francesco Gaudio - Presidente

Eduardo Valdés Sanchez

João Guilherme Lamenza

Fabiano Romes Maciel

Luiz Carlos Faria Ribeiro

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E O
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**

O Diretor Presidente e os demais Diretores da **COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Edgard Santos nº 300, Narandiba, Salvador/BA, CEP: 41181-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.139.629/0001-94, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da DELOITTE relativamente às demonstrações financeiras da NEOENERGIA COELBA alusivas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da NEOENERGIA COELBA relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Salvador, 11 de fevereiro de 2026.

Thiago Freire Guth
Diretor Presidente

Renato de Almeida Rocha
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Luciana Maximino Maia
Diretora de Planejamento e Controle

Fabiano da Rosa Carvalho
Diretor de Regulação

A Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 10.303/2001 determina em seu artigo 196 que *“a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado. Parágrafo 1º – O orçamento, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros proposta, deverá compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até cinco exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento. Parágrafo 2º – O orçamento poderá ser aprovado na assembleia geral que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado, anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social.”*

A Companhia propõe destinar o valor de R\$ 566,5 milhões para a Reserva de retenção de lucros referente ao exercício de 2025, com finalidade de dar continuidade aos investimentos em curso.

Em conformidade com o artigo 25 (IV) da Instrução CVM 480/2009, demonstramos a seguir a proposta de Orçamento de Capital da NEOENERGIA COELBA, bem como as fontes de recursos para o exercício de 2026.

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

R\$ MM	
ORÇAMENTO DE CAPITAL	2026
APLICAÇÕES DE RECURSOS	
Distribuição de Alta Tensão (Renovação / Expansão)	1.337
Linhas	909
Subestações / Automação	429
Distribuição em Média Tensão	2.074
Renovação / Expansão de Rede	572
Novas Ligações	1.502
Instalações Gerais	11
Projetos Especiais	577
Luz para Todos	291
Outros	286
TOTAL	4.000
FONTES DE RECURSOS	
Retenção de Lucros	566
Geração de caixa e recursos de terceiros	3.433
TOTAL	4.000